

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	10
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	33

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	105
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	107

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.420.804.398
Preferenciais	0
Total	2.420.804.398
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.104.020
Preferenciais	0
Total	3.104.020
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	56.954.895	56.327.311
1.01	Ativo Circulante	13.455.115	12.662.929
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.994.617	3.258.743
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.479.140	2.434.441
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.479.140	2.434.441
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	2.479.140	2.434.441
1.01.03	Contas a Receber	5.335.336	4.677.935
1.01.03.01	Clientes	5.335.336	4.677.935
1.01.04	Estoques	358.229	293.529
1.01.06	Tributos a Recuperar	948.242	1.057.479
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	948.242	1.057.479
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	44.734	111.376
1.01.06.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recuperar	903.508	946.103
1.01.07	Despesas Antecipadas	568.550	280.851
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	771.001	659.951
1.01.08.03	Outros	771.001	659.951
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	434.155	379.888
1.01.08.03.02	Outros Ativos	270.401	208.313
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	33.290	33.717
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	33.155	38.033
1.02	Ativo Não Circulante	43.499.780	43.664.382
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.304.920	4.625.808
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	21.401	15.241
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	21.401	15.241
1.02.01.04	Contas a Receber	112.650	137.815
1.02.01.04.01	Clientes	112.650	137.815
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	296.857	281.290
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.874.012	4.191.462
1.02.01.10.03	Operações com Derivativos	0	522.822
1.02.01.10.04	Outros Aivos Não-Circulantes	30.225	29.905
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	692.575	677.530
1.02.01.10.06	Imposto, Taxas e Contribuições a recuperar	927.315	907.353
1.02.01.10.07	Imposto de Renda a Recuperar	230.768	214.880
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	208.727	206.670
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	1.276.104	1.081.633
1.02.01.10.10	Outros ativos financeiros	508.298	550.669
1.02.02	Investimentos	1.315.916	1.368.286
1.02.02.01	Participações Societárias	1.315.916	1.368.286
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.315.916	1.368.286
1.02.03	Imobilizado	23.246.175	22.815.328
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.155.691	13.226.682
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	9.525.590	8.948.060
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	564.894	640.586
1.02.04	Intangível	14.632.769	14.854.960

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1.02.04.01	Intangíveis	14.632.769	14.854.960
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	2.609.462	2.336.003
1.02.04.01.03	Autorizações	8.238.143	8.630.978
1.02.04.01.04	Goodwill	3.112.169	3.112.169
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	672.995	775.810

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	56.954.895	56.327.311
2.01	Passivo Circulante	14.857.968	12.827.248
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	333.068	353.256
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	333.068	353.256
2.01.02	Fornecedores	4.522.549	4.986.912
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.590.578	4.233.754
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	931.971	753.158
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.344.316	3.935.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.014.589	3.613.370
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	92.482	46.610
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	3.922.107	3.566.760
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	264.190	249.534
2.01.03.02.01	ICMS	264.190	249.534
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	65.537	72.274
2.01.03.03.01	ISS	65.537	72.274
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	950.797	348.353
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	274.560	348.353
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	260.079	315.533
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.481	32.820
2.01.04.02	Debêntures	676.237	0
2.01.05	Outras Obrigações	4.707.238	3.203.549
2.01.05.02	Outros	4.707.238	3.203.549
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.181.244	671.525
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	220.270	224.275
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	309.960	299.354
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	293.675	280.422
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	1.597.359	1.629.698
2.01.05.02.08	Outros Passivos	104.730	98.275
2.02	Passivo Não Circulante	16.971.441	17.095.427
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.955.459	2.687.148
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	608.744	730.841
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	608.744	730.841
2.02.01.02	Debêntures	1.346.715	1.956.307
2.02.02	Outras Obrigações	13.533.588	12.840.525
2.02.02.02	Outros	13.533.588	12.840.525
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições a recolher	37.543	38.286
2.02.02.02.05	Imposto de Renda a recolher	6.511	0
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	1.184.200	1.180.428
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	528.998	559.445
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	11.719.795	10.946.148
2.02.02.02.09	Outros Passivos	56.541	116.218
2.02.04	Provisões	1.482.394	1.567.754
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.482.394	1.567.754
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	835.965	759.584
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	206.735	209.098

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	3.461	3.461
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	400.271	561.199
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	35.962	34.412
2.03	Patrimônio Líquido	25.125.486	26.404.636
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.477.891
2.03.02	Reservas de Capital	357.411	369.569
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	353.604
2.03.02.04	Opções Outorgadas	31.167	19.416
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-51.357	-3.451
2.03.02.07	Outras reservas de capital	23.997	0
2.03.04	Reservas de Lucros	10.019.460	12.559.460
2.03.04.01	Reserva Legal	1.521.086	1.521.086
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.702.955	2.702.955
2.03.04.10	Reserva para Expansão	5.795.419	8.335.419
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.273.008	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.284	-2.284

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.599.933	12.993.574	6.302.540	12.398.069
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.087.121	-6.171.123	-2.915.225	-5.868.106
3.03	Resultado Bruto	3.512.812	6.822.451	3.387.315	6.529.963
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.964.297	-3.981.798	-2.013.096	-4.042.818
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.489.970	-2.979.199	-1.496.056	-2.961.776
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-430.727	-866.393	-440.365	-889.004
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	60.680	106.624	43.818	85.630
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-78.557	-190.460	-97.407	-232.081
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-25.723	-52.370	-23.086	-45.587
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.548.515	2.840.653	1.374.219	2.487.145
3.06	Resultado Financeiro	-374.717	-973.183	-449.953	-974.944
3.06.01	Receitas Financeiras	669.544	859.605	318.881	571.335
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.044.261	-1.832.788	-768.834	-1.546.279
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.173.798	1.867.470	924.266	1.512.201
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-198.412	-94.462	-143.046	-211.558
3.08.01	Corrente	-136.762	-288.933	-39.945	-120.503
3.08.02	Diferido	-61.650	194.471	-103.101	-91.055
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	975.386	1.773.008	781.220	1.300.643
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	975.386	1.773.008	781.220	1.300.643
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,4	0,73	0,32	0,54
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,4	0,73	0,32	0,54

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	975.386	1.773.008	781.220	1.300.643
4.03	Resultado Abrangente do Período	975.386	1.773.008	781.220	1.300.643

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.466.634	4.332.194
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.093.268	6.663.034
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e CSLL	1.867.470	1.512.201
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.521.902	3.510.272
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	-30.987	75.849
6.01.01.04	Juros sobre títulos e valores mobiliários	-159.101	-82.337
6.01.01.05	Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis baixados	6.639	3.448
6.01.01.06	Plano de incentivo a longo prazo	11.751	14.113
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	91.513	139.180
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	2.006	6.749
6.01.01.09	Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	430.333	403.913
6.01.01.10	Provisão para perdas de crédito esperadas	373.450	338.102
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	774.400	710.029
6.01.01.12	Juros sobre arrendamento mercantil ativo	-14.258	-14.072
6.01.01.13	Resultado de equivalência patrimonial	52.370	45.587
6.01.01.14	Resultado de operações com outros derivativos	165.780	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.626.634	-2.330.840
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-558.857	-791.033
6.01.02.02	Impostos e contribuição a recuperar	98.514	196.963
6.01.02.03	Estoques	-64.700	-84.113
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-303.266	-339.295
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	11.595	25.438
6.01.02.06	Outros Ativos	-56.779	16.575
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-20.188	-30.519
6.01.02.08	Fornecedores	-458.436	-993.214
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	190.502	204.482
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-172.525	-161.065
6.01.02.11	Autorizações a pagar	9.673	-103.439
6.01.02.12	Receitas Diferidas	-17.195	-52.138
6.01.02.13	Outros Passivos	-123.576	-169.535
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-161.396	-49.947
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.133.212	-1.508.240
6.02.01	Recebimento de acordo com o C6	52.000	0
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-2.221.098	-2.279.501
6.02.05	Outros	12.628	10.478
6.02.07	Aporte de capital Fundo 5G	-84.984	-77.159
6.02.08	Resgates de títulos e valores mobiliários	3.979.342	4.379.525
6.02.09	Aplicações de títulos e valores mobiliários	-3.871.100	-3.541.583
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.597.548	-3.790.734
6.03.01	Novos Empréstimos	0	386.925
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-223.272	-1.170.677
6.03.03	Juros pagos – Empréstimos	-53.703	-80.537

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	-67.527	-137.305
6.03.05	Dividendos e JSCP pagos	-1.626.369	-1.271.447
6.03.06	Pagamento de arrendamento mercantil	-796.905	-825.874
6.03.07	Juros pagos – Arrendamento mercantil	-785.708	-712.272
6.03.08	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	-47.906	-45.004
6.03.09	Incentivos de arrendamentos recebidos	3.842	65.457
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-264.126	-966.780
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.258.743	3.077.931
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.994.617	2.111.151

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	369.569	12.559.460	0	-2.284	26.404.636
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-12.158	-2.540.000	-500.000	0	-3.052.158
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.751	0	0	0	11.751
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-47.906	0	0	0	-47.906
5.04.06	Dividendos	0	0	-2.050.000	0	0	-2.050.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-490.000	-500.000	0	-990.000
5.04.08	Frações de ações prescritas	0	23.997	0	0	0	23.997
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.773.008	0	1.773.008
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.773.008	0	1.773.008
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.477.891	357.411	10.019.460	1.273.008	-2.284	25.125.486

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	381.327	12.160.035	0	-3.313	26.015.940
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	381.327	12.160.035	0	-3.313	26.015.940
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-30.891	0	-500.000	0	-530.891
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	14.113	0	0	0	14.113
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-45.004	0	0	0	-45.004
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-500.000	0	-500.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.300.643	0	1.300.643
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.300.643	0	1.300.643
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.310.000	0	0	-1.310.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.310.000	0	0	-1.310.000
5.07	Saldos Finais	13.477.891	350.436	10.850.035	800.643	-3.313	25.475.692

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	14.645.321	14.037.228
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.018.771	14.375.330
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-373.450	-338.102
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.163.194	-3.988.720
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.381.230	-2.116.975
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.781.964	-1.871.745
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.482.127	10.048.508
7.04	Retenções	-3.521.902	-3.510.272
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.521.902	-3.510.272
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.960.225	6.538.236
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	807.235	525.747
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-52.370	-45.587
7.06.02	Receitas Financeiras	859.605	571.334
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.767.460	7.063.983
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.767.460	7.063.983
7.08.01	Pessoal	610.077	601.896
7.08.01.01	Remuneração Direta	395.242	402.443
7.08.01.02	Benefícios	153.265	132.120
7.08.01.03	F.G.T.S.	40.709	39.420
7.08.01.04	Outros	20.861	27.913
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.880.236	2.968.993
7.08.02.01	Federais	1.319.504	1.430.775
7.08.02.02	Estaduais	1.498.676	1.485.771
7.08.02.03	Municipais	62.056	52.447
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.496.392	2.187.305
7.08.03.01	Juros	1.827.700	1.542.359
7.08.03.02	Aluguéis	668.692	644.946
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.773.008	1.300.643
7.08.04.02	Dividendos	500.000	500.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.273.008	800.643
7.08.05	Outros	7.747	5.146
7.08.05.01	Investimento Social	7.747	5.146

Comentário do Desempenho

2T25 | RELEASE DE RESULTADOS

CONFERÊNCIA DE RESULTADOS

31 de julho de 2025, às:

10h (BRT) / 9h (US EST)

Videoconferência (Zoom): [Clique aqui](#)

1º semestre de 2025 marcado por uma sólida execução

DESTAQUES DOS RESULTADOS

Receita Líquida de Serviços
(R\$ Mi; %A/A)

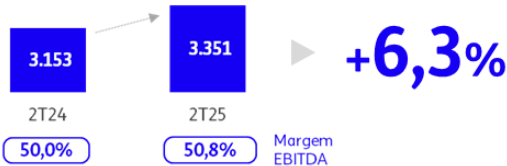


Resultado consistente da Receita de Serviços impulsionado pelo desempenho do pós-pago

+5,4%
de crescimento
A/A da Receita de
Serviços nos 6M25

+5,9%
de aumento A/A
da Receita de
Serviços Móveis
nos 6M25

EBITDA e Margem EBITDA Normalizados*
(R\$ Mi; %A/A)



Sólido crescimento do Lucro Líquido, resultado de uma operação bem conduzida

+12,2%
de evolução A/A
na Receita do
Pós-pago nos
6M25

17,1%
de Capex sobre a
Receita Líquida
nos 6M25 (-1,3
p.p. A/A)

Lucro Líquido Normalizado*
(R\$ Mi; %A/A)



Robusta expansão do Lucro Líquido, resultado de uma operação bem conduzida

+14,3%
de expansão do
FCO* nos 6M25
(Margem de
20,9%)

R\$ 1,3 Bi
Anunciados
como JSCP até
julho



Parcerias

Parceria com Eletrobras:



- TIM e Eletrobras oferecem até 30% de desconto na conta de energia para empresas com faturas acima de R\$ 10 mil (alta tensão);
- Parceira com mercado potencial de 2 milhões de clientes;
- Lançamento no PR e SC, com expansão nacional até setembro.



B2B

Avanço nos segmentos B2B: aumento da presença no setor de Logística

- Mais de 7 mil km de estradas cobertas com o 4G da TIM
- Way Brasil: Projeto pioneiro de conectividade digital nas rodovias brasileiras; > 1 mil km de estradas cobertas e 630 km com câmeras de monitoramento
- Ecorodovias: > 2 mil km de estradas cobertas

Infraestrutura de rede: maior e mais eficiente

3 anos de 5G:
Mantendo a liderança

TIM mantém sua liderança no Brasil com 707 municípios atendidos, cobrindo 70% da população urbana;

O tráfego já representa 30% nas capitais brasileiras;

O custo por GB do 5G representa cerca de 30% do custo do 4G, confirmando a eficiência esperada de Capex.

Novas iniciativas na
frente de torres

Renegociação contínua de contratos de torres: mais de 6 mil sites já desligados ou remanejados e 30% em negociação;

Avançamos na execução do nosso contrato de *ran sharing* com 50% do single grid já executado;

Explorando novas oportunidades: lançamento de RFQ para construção de mil torres sem impacto no *guidance*.

Estudos de caso em SP e MG

São Paulo: início com
fortes sinais positivos

Progresso comercial acompanhado da modernização da rede;

30 novas lojas até final de 2025 (8 já entregues);

> 1,5 mil sites 4G e 5G modernizados, beneficiando 246 cidades e mais de 10 milhões de pessoas.

Minas Gerais em foco:
próximo passo da
transformação

A abordagem 360 chega a Minas Gerais: expectativa de 131 cidades com 5G até dezembro de 2025, beneficiando 10 milhões de pessoas;

13 novas lojas até final de 2025 (7 já entregues).

* EBITDA e Lucro Líquido normalizados conforme itens apontados em suas respectivas seções. EBITDA-AL excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites. Fluxo de Caixa Operacional ("FCO") representa o EBITDA-AL menos Capex.

Comentário do Desempenho

 2T25

RELEASE
DE RESULTADOS

CONFERÊNCIA DE RESULTADOS

31 de julho de 2025, às:
10h (BRT) / 9h (US EST)
Videoconferência (Zoom): [Clique aqui](#)

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

Descrição	2T25	2T24	%A/A	1T25	%T/T	6M25	6M24	% A/A
FINANCEIRO (R\$ milhões)								
Receita Líquida	6.600	6.303	4,7%	6.394	3,2%	12.994	12.398	4,8%
Receita de Serviços	6.417	6.103	5,1%	6.240	2,8%	12.657	12.013	5,4%
Serviço Móvel	6.089	5.766	5,6%	5.922	2,8%	12.010	11.343	5,9%
Serviço Fixo	328	337	-2,8%	319	2,9%	646	670	-3,5%
Custos Normalizados* da Operação	(3.249)	(3.150)	3,1%	(3.310)	-1,9%	(6.558)	(6.355)	3,2%
EBITDA Normalizado*	3.351	3.153	6,3%	3.084	8,7%	6.435	6.043	6,5%
Margem EBITDA Normalizada*	50,8%	50,0%	0,8p.p.	48,2%	2,5p.p.	49,5%	48,7%	0,8p.p.
Lucro Líquido Normalizado*	976	781	25,0%	810	20,5%	1.786	1.301	37,3%
Capex	882	925	-4,6%	1.339	-34,1%	2.221	2.279	-2,6%
EBITDA-AL Normalizado* - Capex	1.718	1.536	11,9%	1.001	71,7%	2.719	2.379	14,3%
OPERACIONAL ('000)								
Base Móvel de Clientes	62.194	61.986	0,3%	62.039	0,2%	62.194	61.986	0,3%
Pré-pago	30.679	33.014	-7,1%	31.269	-1,9%	30.679	33.014	-7,1%
Pós-pago	31.515	28.972	8,8%	30.770	2,4%	31.515	28.972	8,8%
Base de Clientes TIM Ultrafibra	799	798	0,2%	790	1,2%	799	798	0,2%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 1,1 milhão no 2T25 e +R\$ 19,0 milhões no 1T25). Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados na seção de Custos e por efeitos não recorrentes no Imposto de Renda e a Contribuição Social (-R\$ 387 mil no 2T25 e -R\$ 6,5 milhões no 1T25). EBITDA-AL excluindo o impacto das multas do descomissionamento dos sites.



Comentário do Desempenho

EVENTOS RECENTES E SUBSEQUENTES



Remuneração aos Acionistas

O Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio nos montantes de R\$ 320 milhões, no dia 22 de julho de 2025, e R\$ 300 milhões, no dia 5 de maio de 2025. Para maiores detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Dividendos e JCP](#)



Operação de Grupamento e Desdobramento: Resultado Leilão de Frações

No dia 14 de julho de 2025, a TIM S.A. comunicou ao mercado sobre a realização do leilão para alienação das 22.059.698 ações ordinárias, formadas a partir da aglutinação das frações de ações resultantes da operação de grupamento e desdobramento, por intermédio do BTG Pactual CTVM S.A. na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão. O resultado do leilão, já líquido dos custos e taxas, ficou em cerca de R\$ 455 milhões e o valor foi disponibilizado aos titulares das frações de ações nas devidas proporções. O pagamento foi realizado no dia 23 de julho de 2025. Para maiores detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Arquivamentos](#)



Novo Diretor de Relações com Investidores

Em julho de 2025, a TIM anunciou que o Conselho de Administração da Companhia elegeu o Sr. Vicente de Moraes Ferreira para o cargo de Diretor de Relações com Investidores (“DRI”), que tomará posse em 01 de agosto de 2025. Para maiores detalhes, acesse o site de Relações com Investidores da TIM S.A.: [Arquivamentos](#)

Comentário do Desempenho

DESTAQUES FINANCEIROS

Receita Operacional

Avanço na receita móvel apoiada pela consistência na performance do Pós-pago

Descrição	2T25	2T24	% A/A	1T25	% T/T	6M 25	6M 24	% A/A
R\$ milhões								
Receita Líquida Total	6.600	6.303	4,7%	6.394	3,2%	12.994	12.398	4,8%
Receita de Serviços	6.417	6.103	5,1%	6.240	2,8%	12.657	12.013	5,4%
Serviço Móvel	6.089	5.766	5,6%	5.922	2,8%	12.010	11.343	5,9%
Gerada pelo Cliente	5.703	5.389	5,8%	5.542	2,9%	11.245	10.580	6,3%
Interconexão	91	87	4,2%	84	8,4%	174	181	-4,0%
Plataforma de Clientes	29	30	-5,0%	22	33,4%	51	62	-17,9%
Outras Receitas	267	260	2,7%	274	-2,6%	541	520	4,0%
Serviço Fixo	328	337	-2,8%	319	2,9%	646	670	-3,5%
dos quais TM Ultrafibra	226	234	-3,6%	218	3,5%	444	463	-4,1%
Receita de Produtos	183	199	-8,0%	153	19,4%	337	385	-12,6%

A Receita Líquida Total cresceu 4,7% A/A no 2T25, impulsionada pelo crescimento da Receita de Serviços Móveis, reflexo da evolução do pós-pago. Nos 6M25, a Receita Líquida teve alta de 4,8% A/A. Já a Receita de Serviços registrou crescimento de 5,1% A/A no 2T25 e expansão de 5,4% A/A nos 6M25.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita de Serviço Móvel (“RSM”) aumentou 5,6% A/A no 2T25, impulsionada pela forte performance do pós-pago e por uma estratégia voltada à monetização da base de clientes, com aprimoramento contínuo da proposta de valor. Com isso, o ARPU Móvel (receita média mensal por usuário) atingiu o valor recorde de R\$ 32,7, uma alta de 4,8% A/A. Nos 6M25, a RSM teve alta de 5,9% A/A.

A Receita Gerada pelo Cliente (“RGC”), que representa a RSM após exclusão das receitas de interconexão, plataforma de clientes e outras receitas, cresceu 5,8% A/A, somando R\$ 5.703 milhões no 2T25. Este desempenho é explicado pelo crescimento da receita gerada pelos clientes TIM (Pós-pago e Pré-pago) e também pela receita gerada pelos clientes não-TIM (roaming nacional e internacional e outros). Nos 6M25, a RGC teve incremento de 6,3% A/A.

A Receita de Interconexão (ITX) subiu 4,2% A/A no 2T25, devido ao aumento da tarifa VU-M em fevereiro e a um impacto positivo relacionado aos acordos com outras operadoras. Nos 6M25, a linha recuou 4,0% A/A, influenciada por um menor tráfego entrante.

Comentário do Desempenho

No 2T25, a Receita de Plataforma de Clientes foi de R\$ 29 milhões no 2T25, uma redução de 5,0% A/A, reflexo do encerramento da parceria com o Banco C6 no trimestre anterior, impactando a base comparativa. Nos 6M25, a linha teve recuo de 17,9% A/A.

Abaixo o detalhamento do desempenho de cada perfil de cliente móvel:

A Receita do Pós-pago expandiu 10,7% A/A no 2T25, levando o ARPU do Pós-pago para R\$ 44,3 (+1,0% A/A) e **ARPU do Pós-pago ex-M2M para R\$ 55,3 (+3,6% A/A)**. Essa evolução reflete uma dinâmica positiva no Pós-pago, influenciada por: (i) reajuste anual nos preços, concluído durante o segundo trimestre; (ii) evolução do mix da base de cliente através da migração dos clientes para planos de maior valor; e (iii) manutenção dos baixos níveis de *churn* (0,8% no Pós-pago ex-M2M). **Nos 6M25, a receita teve alta de 12,2% A/A.**

A Receita do Pré-pago teve queda de 10,6% A/A no 2T25, registrando um ARPU do Pré-pago de R\$ 14,3 (-4,0% A/A), ainda, em parte, pressionada por uma menor frequência de recargas e por uma migração constante de clientes pré-pagos para planos de maior valor. Nos 6M25, a receita caiu 10,8% A/A.

Detalhamento do Segmento Fixo (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo ("RSF") teve retração de 2,8% A/A no 2T25. A TIM Ultrafibra, serviço de banda larga, recuou 3,6% A/A, levando a um ARPU de R\$ 95,6 (-3,0% A/A). A banda larga segue afetada por um mercado competitivo e fragmentado, com intensa disputa de preços e grande quantidade de *players* regionais. A empresa mantém o foco em uma abordagem voltada para maior eficiência operacional, o que resultou em adições líquidas de 9,2 mil novos usuários no 2T25 como fruto de uma redução no patamar de desconexões. Nos 6M25, a RSF caiu 3,5% A/A e a TIM Ultrafibra recuou 4,1% A/A.

Detalhamento da Receita de Produtos (líquido de impostos e deduções):

A Receita de Produtos teve queda de 8,0% A/A, no 2T25 e 12,6% A/A nos 6M25, em razão de uma retração na venda de equipamentos.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais

Crescimento abaixo da inflação sustentado pela disciplina no controle de custos

Descrição	2T25	2T24	% A/A	1T25	% T/T	6M 25	6M 24	% A/A
R\$ milhões								
Custos Reportados da Operação	(3.250)	(3.150)	3,2%	(3.329)	-2,4%	(6.579)	(6.355)	3,5%
Custos Normalizados* da Operação	(3.249)	(3.150)	3,1%	(3.310)	-1,9%	(6.558)	(6.355)	3,2%
Pessoal	(378)	(366)	3,3%	(358)	5,7%	(736)	(730)	0,8%
Comercialização	(952)	(1.002)	-5,0%	(963)	-1,1%	(1.914)	(1.982)	-3,4%
Rede e Interconexão	(1.247)	(1.079)	15,6%	(1.322)	-5,6%	(2.569)	(2.214)	16,0%
Gerais e Administrativos	(207)	(209)	-0,6%	(211)	-1,7%	(418)	(429)	-2,4%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(256)	(268)	-4,5%	(209)	22,4%	(464)	(515)	-9,9%
Provisão para Devedores Duvidosos	(191)	(172)	11,0%	(182)	5,1%	(373)	(338)	10,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(17)	(54)	-68,8%	(66)	-74,6%	(83)	(146)	-43,5%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(2.993)	(2.882)	3,8%	(3.101)	-3,5%	(6.094)	(5.840)	4,4%

* Custos da Operação normalizados por: custos com serviços de consultoria jurídica no âmbito do encerramento da disputa com o Banco C6 (+R\$ 1,1 milhão no 2T25 e +R\$ 19,0 milhões no 1T25).

Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 3.249 milhões no 2T25, crescendo 3,1% no comparativo anual, nível inferior a inflação registrada no período (IPCA acumulado de 12 meses encerrando em junho de 2025: 5,35%¹). O aumento é reflexo ainda dos impactos do grupo de rede e interconexão que continua sendo o principal fator de pressão sobre essa linha. Nos 6M25, o Opex aumentou 3,2% A/A.

Detalhamento dos Custos e Despesas Normalizados:

Os custos com Pessoal cresceram 3,3% A/A no 2T25, principalmente em função do reajuste anual de salários, benefícios e encargos sociais. Nos 6M25, a linha esteve praticamente estável no comparativo anual (+0,8% A/A).

A linha de Comercialização teve redução de 5,0% A/A no 2T25, explicada por: (i) impacto positivo das iniciativas de eficiência de custos atreladas à digitalização, como, por exemplo, o crescimento de +5,9 p.p. A/A na penetração das vendas digitais e de +14 p.p. A/A na adoção do PIX como meio de pagamento digital; e (ii) menores despesas com as taxas de Fistel. Nos 6M25, a linha registrou uma queda de 3,4% A/A.

As despesas de Rede e Interconexão subiram 15,6% A/A no 2T25 e seguem sendo afetadas pelo efeito combinado de maiores gastos com provedores de conteúdo e maiores despesas com serviços de *roaming* internacional. Nos 6M25, esse grupo de despesas cresceu 16,0% A/A, como consequência dos mesmos impactos apontados anteriormente.

¹ Fonte: IBGE

Comentário do Desempenho

As despesas Gerais e Administrativas (G&A) normalizadas² ficaram praticamente estáveis no 2T25 frente ao ano anterior. Essa estabilidade ocorreu em razão do efeito combinado entre um aumento dos gastos com manutenção de TI e uma redução das despesas com serviços de terceiros. Nos 6M25, a linha recuou 2,4% A/A também beneficiada por menores gastos com serviços jurídicos no período.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) caiu 4,5% A/A no 2T25, refletindo a diminuição nas vendas de produtos durante o período. Nos 6M25, a queda é de 9,9% A/A, em função dos mesmos motivos.

A linha de Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) teve alta de 11,0% A/A no 2T25, reflexo do crescimento acelerado da base pós-paga no trimestre. **A relação da PDD com a receita bruta segue estável no patamar de 1,9%,** demonstrando os esforços da TIM na manutenção de modelos eficientes de aquisição e cobrança de clientes. Nos 6M25, a PDD registra aumento de 10,5% A/A.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais Normalizadas³ reduziram 68,8% A/A no 2T25, principalmente em função de uma menor contingência de natureza cível (Nota 24 no ITR). Nos 6M25, a linha registrou queda de 43,5% A/A em decorrência dos mesmos fatores indicados anteriormente.

² A linha de Despesas Gerais e Administrativas teve impacto não recorrente de R\$ 19,0 milhões no 1T25, referente aos custos com serviços de consultoria jurídica no âmbito do encerramento da disputa com o Banco C6.

³ A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais teve impacto não recorrente de R\$ 1,1 milhão no 2T25, referente a ajustes contratuais com consultorias jurídicas no âmbito do encerramento da disputa com o Banco C6.

Comentário do Desempenho

Do EBITDA ao Lucro Líquido

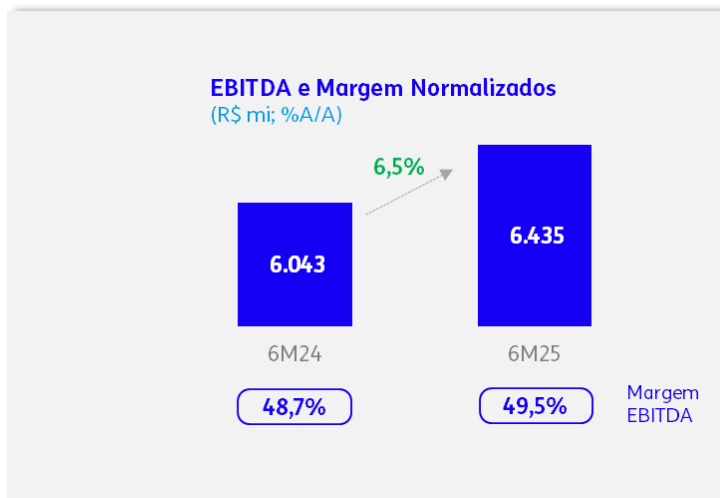
Expansão do EBITDA e margem impulsionados pelo avanço na receita e pelos efeitos positivos das iniciativas de eficiência de custos

Descrição	2T25	2T24	% A/A	1T25	% T/T	6M 25	6M 24	% A/A
Norm alizado (R\$m ilhões)								
EBITDA Norm alizado*	3.351	3.153	6,3%	3.084	8,7%	6.435	6.043	6,5%
Margem EBITDA Norm alizada*	50,8%	50,0%	0,8p.p.	48,2%	2,5p.p.	49,5%	48,7%	0,8p.p.
EBITDA-AL Norm alizado*	2.600	2.461	5,7%	2.340	11,1%	4.940	4.658	6,1%
Margem EBITDA-AL Norm alizada*	39,4%	39,0%	0,4p.p.	36,6%	2,8p.p.	38,0%	37,6%	0,4p.p.
Depreciação & Amortização	(1.776)	(1.756)	1,2%	(1.746)	1,7%	(3.522)	(3.510)	0,3%
Depreciação	(1.292)	(1.274)	1,4%	(1.266)	2,0%	(2.558)	(2.549)	0,4%
Amortização	(484)	(482)	0,4%	(479)	1,0%	(964)	(961)	0,3%
Equivalência Patrimonial	(26)	(23)	11,4%	(27)	-3,5%	(52)	(46)	14,9%
EBIT Norm alizado*	1.550	1.374	12,8%	1.311	18,2%	2.861	2.487	15,0%
Margem EBIT Norm alizada*	23,5%	21,8%	1,7p.p.	20,5%	3,0p.p.	22,0%	20,1%	2,0p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(375)	(450)	-16,7%	(598)	-37,4%	(973)	(975)	-0,2%
Despesas Financeiras	(955)	(661)	44,4%	(705)	35,5%	(1.660)	(1.415)	17,3%
Receitas Financeiras Norm alizado*	632	188	235,9%	140	353,1%	772	409	88,5%
Variações Cambiais, Líquidas	(52)	23	n.a.	(33)	56,4%	(85)	31	n.a.
Lucro Antes dos Impostos Norm alizado*	1.175	924	27,1%	713	64,9%	1.888	1.512	24,8%
Imposto de Renda e Cont.Social Norm alizado*	(199)	(143)	39,0%	97	n.a.	(101)	(212)	-52,1%
Lucro Líquido Norm alizado*	976	781	25,0%	810	20,5%	1.786	1.301	37,3%
Total de Itens Norm alizados	(1)	-	n.a.	(13)	-94,0%	(13)	-	n.a.
Reportado (R\$m ilhões)								
EBITDA Reportado	3.350	3.153	6,3%	3.065	9,3%	6.415	6.043	6,2%
Margem EBITDA Reportada	50,8%	50,0%	0,7p.p.	47,9%	2,8p.p.	49,4%	48,7%	0,6p.p.
EBIT Reportado	1.549	1.374	12,7%	1.292	19,8%	2.841	2.487	14,2%
Margem EBIT	23,5%	21,8%	1,7p.p.	20,2%	3,3p.p.	21,9%	20,1%	1,8p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(375)	(450)	-16,7%	(598)	-37,4%	(973)	(975)	-0,2%
Lucro Antes dos Impostos	1.174	924	27,0%	694	69,2%	1.867	1.512	23,5%
Imposto de Renda e Cont.Social Reportado	(198)	(143)	38,7%	104	n.a.	(94)	(212)	-55,3%
Lucro Líquido Reportado	975	781	24,9%	798	22,3%	1.773	1.301	36,3%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 1,1 milhão no 2T25 e +R\$ 19,0 milhões no 1T25). Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados na seção de Custos e por efeitos não recorrentes no Imposto de Renda e a Contribuição Social (-R\$ 387 mil no 2T25 e -R\$ 6,5 milhões no 1T25).

Comentário do Desempenho

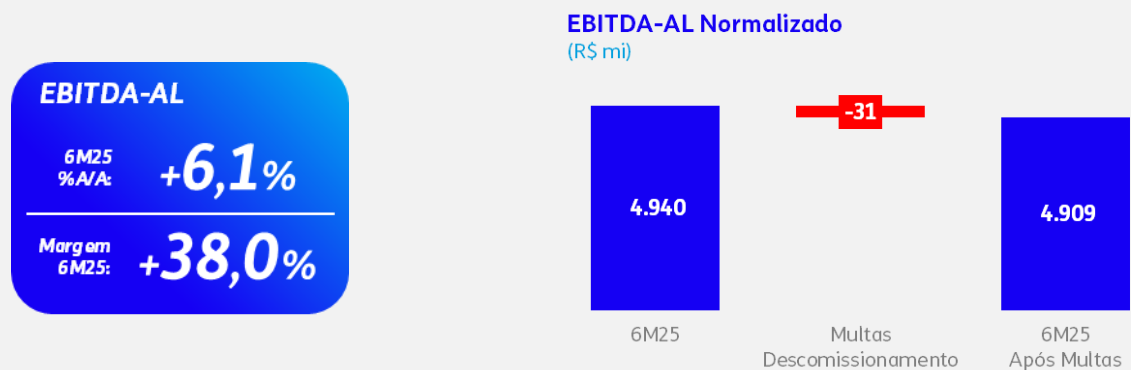
EBITDA⁴ (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação, Amortização e Equivalência Patrimonial):



O EBITDA Normalizado totalizou R\$ 3.351 milhões no 2T25, representando um avanço de 6,3% A/A. Esse resultado levou a Margem EBITDA Normalizada para 50,8% (+0,8 p.p. A/A), representando mais num recorde de melhor resultado para um segundo trimestre de ano. O resultado reflete a evolução na receita de serviços móveis, combinada a uma gestão eficiente e disciplinada dos custos. Nos 6M25, o EBITDA Normalizado cresceu 6,5% A/A, com Margem EBITDA Normalizada de 49,5% (+0,8 p.p. A/A).

EBITDA Após Leases (AL)

Retornando com os efeitos dos arrendamentos (“leases”) para dentro do EBITDA, o EBITDA-AL (“After Lease”) Normalizado⁵ cresceu 5,7% A/A no 2T25, levando a uma Margem de 39,4% (+0,4 p.p. A/A). O avanço reflete a expansão EBITDA, ainda que impactada por efeitos sobre o *leasing*, como os reajustes anuais nos contratos e diminuição dos incentivos contratuais – no 2T24 essa linha ainda era beneficiada por negociações do processo de descomissionamento de torres da Oi. Nos 6M25, o EBITDA-AL Normalizado teve alta de 6,1% A/A, atingindo Margem EBITDA-AL Normalizada de 38,0% A/A (+0,4 p.p.).



⁴ EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de “Custos”.

⁵ Exclui o impacto das multas aplicadas no descomissionamento de sites.

Comentário do Desempenho

Depreciação e Amortização (D&A)

Descrição	2T25	2T24	% A/A	1T25	% T/T	6M 25	6M 24	% A/A
R\$ milhões								
Depreciação	(1.292)	(1.274)	1,4%	(1.266)	2,0%	(2.558)	(2.549)	0,4%
dos quais Depreciação de Arrendamentos	(423)	(448)	-5,5%	(415)	2,0%	(838)	(919)	-8,8%
Amortização	(484)	(482)	0,4%	(479)	1,0%	(964)	(961)	0,3%
D & A Total	(1.776)	(1.756)	1,2%	(1.746)	1,7%	(3.522)	(3.510)	0,3%

A linha de D&A teve crescimento de 1,2% A/A no 2T25, decorrente do aumento da depreciação sobre equipamentos de rede, parcialmente compensado pela redução da depreciação relativa aos direitos de uso de arrendamentos do IFRS 16. Nos 6M25, o D&A manteve estabilidade no comparativo anual (+0,3% A/A)

Resultado Financeiro Líquido

Descrição	2T25	2T24	% A/A	1T25	% T/T	6M 25	6M 24	% A/A
R\$ milhões								
Itens Caixa	(472)	(426)	10,8%	(413)	14,4%	(885)	(933)	-5,1%
Juros sobre Dívidas Financeiras (Líquido de Derivativos)	(97)	(75)	28,3%	(68)	41,6%	(165)	(158)	4,5%
Juros relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa	175	80	118,5%	167	4,6%	342	186	83,7%
Juros sobre Arrendamentos	(388)	(354)	9,5%	(372)	4,1%	(760)	(696)	9,2%
Outros	(163)	(77)	111,5%	(139)	16,7%	(302)	(265)	13,9%
Itens Não Caixa	97	(24)	n.a.	(86)	n.a.	(89)	(42)	108,6%
Marcação a Mercado de Derivativos	24	(43)	n.a.	(20)	n.a.	4	(62)	-106,8%
Marcação a Mercado do C6	-	20	-100,0%	(166)	-100,0%	(166)	20	-946,4%
Outros	73	-	n.a.	-	n.a.	73	-	n.a.
Resultado Financeiro Líquido	(375)	(450)	-16,7%	(598)	-37,4%	(973)	(975)	-0,2%

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 375 milhões no 2T25, uma melhora de 16,7% A/A, explicado, principalmente, pela performance positiva do Fundo 5G, que totalizou R\$ 73 milhões de valorização no 2T25. Nos 6M25, o Resultado Financeiro teve estabilidade no comparativo anual (-0,2% A/A), explicada pelo item indicado anteriormente, por uma posição de caixa mais alta, em conjunto com o aumento da taxa Selic, e parcialmente afetada pelo ajuste referente ao encerramento da parceria com o Banco C6.

Comentário do Desempenho

Imposto de Renda e Contribuição Social

Na visão Normalizada⁶, o Imposto de Renda e a Contribuição Social ("IR/CS") totalizou -R\$ 199 milhões no 2T25 (alíquota efetiva de -16,9%) em comparação a -R\$ 143 milhões no 2T24 (alíquota efetiva de -15,5%), explicado principalmente por um aumento do lucro tributável. Nos 6M25, o IR/CS somou -R\$ 101 milhões no 2T25 frente a -R\$ 212 milhões no 2T24, em razão de um montante superior de Juros sobre Capital Próprio no primeiro semestre de 2025 vs. 6M24 (R\$ 990 milhões e R\$ 500 milhões, respectivamente), além de outros impactos que contribuíram, como aumento de benefícios fiscais e o efeito do acordo com o Banco C6.

Lucro Líquido

Em mais um trimestre, o Lucro Líquido Normalizado⁷ registrou expansão anual de dois dígitos, totalizando R\$ 976 milhões no 2T25, um avanço de 25,0% A/A. Isso levou o Lucro por Ação (LPA) Normalizado para R\$ 0,40 vs. R\$ 0,32 no 2T24. Nos 6M25, o Lucro Líquido Normalizado expandiu 37,3% A/A.

INVESTIMENTOS E FLUXO DE CAIXA

Capex

Investimentos bem direcionados contribuindo para mais uma geração consistente de caixa

Descrição	2T25	2T24	% A/A	1T25	% T/T	6M 25	6M 24	% A/A
<i>R\$ milhões</i>								
Rede	622	636	-2,2%	1.028	-39,5%	1.650	1.620	1,9%
TÍe Outros	260	289	-10,0%	311	-16,5%	571	659	-13,4%
Capex	882	925	-4,6%	1.339	-34,1%	2.221	2.279	-2,6%
Capex/Receita Líquida	13,4%	14,7%	-1,3p.p.	20,9%	-7,6p.p.	17,1%	18,4%	-1,3p.p.

O Capex alcançou R\$ 882 milhões no 2T25, uma redução de 4,6% A/A, em linha com a expectativa de atingimento da meta de Capex para o ano. Ao longo do 1º semestre de 2025, os investimentos foram direcionados para expansão da rede 5G no país, com destaque para o aprimoramento da infraestrutura de São Paulo e Minas Gerais, assegurando a liderança da TIM na cobertura 5G no território nacional. Já o indicador Capex sobre a Receita Líquida atingiu 13,4% no 2T25 frente a 14,7% no 2T24, uma redução de 1,3 p.p. A/A. Nos 6M25, o Capex somou R\$ 2.221 milhões, uma queda de 2,6% A/A, levando o indicador Capex sobre Receita Líquida para 17,1%.

⁶ A linha de Imposto de Renda e Contribuição Social teve efeitos não recorrentes no montante de -R\$ 387 mil no 2T25 e -R\$ 6,5 milhões no 1T25.

⁷ Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados na seção "Do EBITDA ao Lucro Líquido".

Comentário do Desempenho

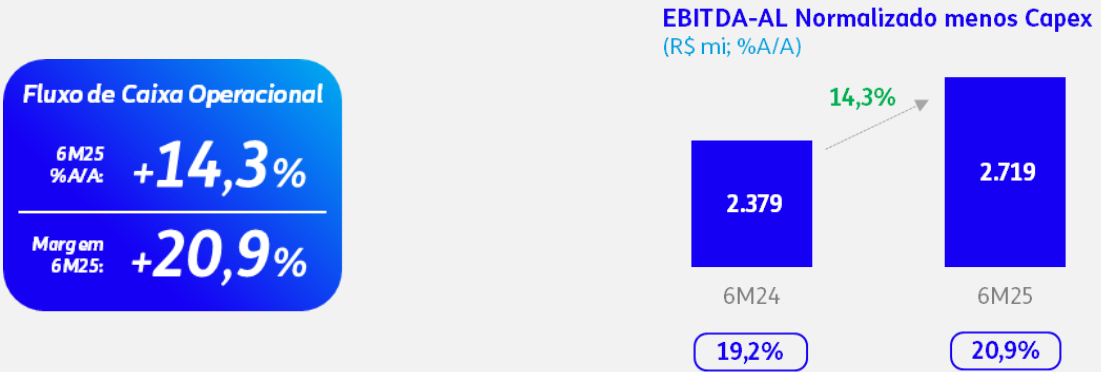
Fluxo de Caixa

Descrição	2T25	2T24	% A/A	1T25	% T/T	6M25	6M24	% A/A
R\$ milhões								
EBITDA Reportado	3.350	3.153	6,3%	3.065	9,3%	6.415	6.043	6,2%
Capex	(882)	(925)	-4,6%	(1.339)	-34,1%	(2.221)	(2.279)	-2,6%
EBITDA Reportado - Capex	2.468	2.228	10,8%	1.726	43,0%	4.194	3.764	11,4%
Δ Capital de Giro e In posto de Renda	(549)	(541)	1,5%	(643)	-14,7%	(1.193)	(1.778)	-32,9%
Pagamento de Leases*	(791)	(739)	7,0%	(788)	0,3%	(1.579)	(1.473)	7,2%
dos quais Multas	-	(32)	-100,0%	(31)	-100,0%	(31)	(59)	-47,2%
Fluxo de Caixa Operacional Livre	1.128	948	19,0%	294	283,8%	1.422	513	177,2%

* Foram reconhecidos incentivos sobre o pagamento de arrendamentos em linha com as condições contratuais acordadas, reduzindo o valor desembolsado no período (+R\$ 3,8 milhões no 1T25, +R\$ 31,6 milhões no 2T24 e +R\$ 33,9 milhões no 1T24).

O EBITDA Normalizado (-) Capex somou R\$ 2.469 milhões no 2T25, um crescimento de 10,8% A/A. Retornando os efeitos dos arrendamentos, o EBITDA-AL Normalizado⁸ (-) Capex totalizou R\$ 1.718 milhões no período, representando um aumento de +11,9% A/A e Margem de 26,0%. Nos 6M25, o EBITDA Normalizado (-) Capex registrou alta de 12,0% A/A e o EBITDA-AL Normalizado (-) Capex expandiu 14,3% A/A, com Margem de 20,9%.

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (“FCOL”) totalizou R\$ 1.128 milhões no 2T25, um incremento de R\$ 180 milhões A/A (+19,0% A/A), que reflete o efeito combinado da evolução na capacidade das operações em gerar caixa (*simple cash flow*) e uma variação de capital de giro praticamente estável, ainda que afetado por um aumento no pagamento de *leases* decorrente da redução do montante de incentivos contratuais no comparativo anual e dos impactos da renegociação dos contratos de arrendamentos. Nos 6M25, o FCOL teve avanço de 177,2% A/A, fruto de um fluxo de caixa operacional positivo e uma variação de capital de giro menos negativa, como resultado principalmente de uma redução na linha de fornecedores.



Posição de Caixa

⁸ EBITDA-AL normalizado conforme itens apontados na seção “Do EBITDA ao Lucro Líquido” e excluindo o impacto das multas aplicadas no descomissionamento dos sites. Para maiores detalhes, acesse o Anexo 4 – EBITDA After Lease.

Comentário do Desempenho

As posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 5.474 milhões ao final de junho de 2025, um incremento de 65,3% A/A, fruto da geração de caixa operacional no período.

É válido destacar ainda que o pagamento integral da TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento), que compõe a taxa Fistel, está suspenso desde 2020. O montante total registrado até 30 de junho 2025 foi de R\$ 3,8 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões de principal e R\$ 903 milhões de juros moratórios incidentes.

Comentário do Desempenho

DÍVIDA

Perfil da Dívida

Emissões	Moeda	Taxa de Juros	Vencimento	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
R\$ milhões						
KFW Finança	USD	SOFR + 1,17826%	12/25	14	-	14
Debêntures	BRL	PCA + 4,0432% a.a.	06/28	676	1.347	2.023
BNDES Fname	BRL	PCA + 4,2283% a.a.	11/31	56	301	357
BNDES Fnem	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	08/25	19	-	19
BNB	BRL	PCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	02/28	185	307	492
Dívida Financeira Total				951	1.955	2.906
Libença (5G)	BRL	Selic	12/40	65	924	989
Dívida Total Antes do Lease				1.016	2.879	3.896
Lease Total	BRL	PCA/GPM (13,19% a.a.)	10/29	1.564	11.511	13.075
Dívida Total				2.580	14.391	16.971

*Média ponderada da taxa de juros dos contratos de leasing.

Dívida Líquida

Descrição	2T25	1T25	4T24	3T24
R\$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	951	339	348	401
Dívida de Longo Prazo	1.955	2.669	2.687	2.732
Dívida Financeira Total	2.906	3.008	3.036	3.133
Caixa e Equivalentes de Caixa + TVM	(5.474)	(5.327)	(5.693)	(4.332)
Derivativos Líquidos-ex C6	(214)	(152)	(156)	(145)
Dívida Financeira Líquida	(2.781)	(2.471)	(2.813)	(1.344)
Libença (5G)	989	966	991	1.029
Dívida Líquida AL	(1.792)	(1.505)	(1.822)	(315)
Lease Total	13.075	12.555	12.335	12.268
Dívida Líquida Total	11.283	11.050	10.513	11.953
Dívida Líquida AL/EBITDA AL Normalizado*	-0,18x	-0,15x	-0,19x	-0,03x
Dívida Líquida Total/EBITDA Normalizado	0,87x	0,86x	0,83x	0,96x

*EBITDA 12M "após o pagamento de leases", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a leases financeiros.

Dívida LP Por Vencimento

Ano	Pro-Forma	Incluindo IFRS 9, 15 e 16
R\$ milhões		
2026	184	867
2027	979	2.478
2028	827	2.355
2029	121	1.464
Após 2029	768	7.227
Dívida Total	2.879	14.391

A Dívida Total (pós-hedge), incluindo os derivativos líquidos no valor de R\$ 214 milhões, totalizou R\$ 16.757 milhões ao final de junho de 2025, um crescimento de R\$ 591 milhões em relação ao 2T24. O aumento deve-se à maior posição de lease, compensada em parte pela queda da dívida financeira.



Comentário do Desempenho

PLATAFORMA DE CLIENTES

Ecossistema Digital

Publicidade Móvel e Monetização de Dados



No 1H25, mantivemos o forte crescimento de 164% A/A em volume de campanhas veiculadas utilizando as plataformas do TIM Ads, estimulado pela recorrência de campanhas de anunciantes relevantes e entrada de novas marcas.

Serviços de Educação



Em junho de 2025, a TIM lançou, em parceria com o Google e Descomplica, um curso livre sobre a IA Gemini do Google. O curso é 100% online e gratuito para clientes TIM, tendo a empregabilidade como foco principal, em uma trilha inicial de 2 módulos/8h gratuitos com a aprendizagem básica e profissional por R\$ 99, ambos com certificação oficial cancelada pelo Google Cloud. O objetivo é permitir que qualquer pessoa, de qualquer lugar, possa dar os primeiros passos em IA, mesmo que nunca tenha tido contato com o tema. Todo o conteúdo é ministrado por especialistas do Google Cloud e do Descomplica.

Serviços de Saúde



Na vertical de Saúde, em parceria com o Cartão de Todos, atingimos no 2T25 mais de 266 mil assinaturas desde o início da operação, além de **mais de 660 mil registros** na plataforma.

Serviços de Energia



A parceria com a Eletrobras tem evoluído com ofertas voltadas para clientes B2B. A parceria possibilita economia para clientes de até 30% de desconto na conta de energia para faturas acima de R\$ 10 mil, voltada a conexões em alta tensão (acima de 2,3 kV). A iniciativa tem potencial de alcançar até 2 milhões de clientes e contará com atuação dos agentes de vendas PME da TIM. O lançamento foi iniciado nos estados do Paraná e Santa Catarina, com expansão nacional prevista até setembro.

Comentário do Desempenho

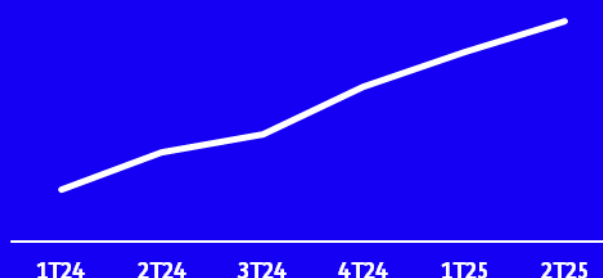


BUSINESS-TO-BUSINESS (B2B)

A receita total contratada de B2B totalizou **R\$ 406 milhões** no 2T25, com 36% de contribuição do setor Agrícola, 41% das iniciativas de Logística e 22% dos projetos voltados para o setor de Utilities.

Receita Total Contratada

R\$ 406 Mi



 Agronegócio
+ 22,6 Milhões de hectares 4G

 Parcerias
109 Companhias em nosso portfólio

Logística: um *pipeline* consistente aumentando a presença nessa vertical.

Mais de 7.000 km de estradas cobertas com o 4G da TIM



Projeto pioneiro da conectividade digital nas rodovias brasileiras

+1.000 km Estradas cobertas

630 km Estradas cobertas com câmeras de monitoramento com transmissão em tempo real



EcoNoroeste, EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia

+2.000 km Estradas cobertas

Outros parceiros:



Comentário do Desempenho

INDICADORES OPERACIONAIS

Descrição	2T25	2T24	% A/A	1T25	% T/T	6M 25	6M 24	% A/A
Base Móvel de Clientes (000)	62.194	61.986	0,3%	62.039	0,2%	62.194	61.986	0,3%
Pré-Pago	30.679	33.014	-7,1%	31.269	-1,9%	30.679	33.014	-7,1%
Pós-Pago	31.515	28.972	8,8%	30.770	2,4%	31.515	28.972	8,8%
Pós-Pago ex-M 2M	24.964	23.453	6,4%	24.513	1,8%	24.964	23.453	6,4%
Adições Líquidas Base Móvel (000)	155	566	-72,6%	20	n.a.	135	737	-81,6%
Adições Líquidas Pós-Pago ex-M 2M (000)	451	458	-1,6%	275	64,1%	726	874	-16,9%
ARPU Móvel (R\$)	32,7	31,2	4,8%	31,9	2,6%	32,3	30,8	4,9%
Pré-Pago	14,3	14,9	-4,0%	13,8	3,0%	14,1	14,8	-4,7%
Pós-Pago	44,3	43,9	1,0%	43,8	1,2%	44,0	43,0	2,4%
Pós-Pago ex-M 2M	55,3	53,4	3,6%	54,3	1,9%	54,8	52,2	5,0%
Churn Mensal (%)	2,9%	2,9%	n.a.	2,9%	n.a.	2,9%	2,8%	4,6%
Market share*	23,4%	23,7%	-0,3p.p.	23,5%	-0,1p.p.	23,4%	23,7%	-0,3p.p.
Pré-Pago	31,2%	31,0%	0,2p.p.	31,2%	n.a.	31,2%	31,0%	0,2p.p.
Pós-Pago	18,8%	18,7%	0,1p.p.	18,8%	n.a.	18,8%	18,7%	0,1p.p.
Pós-Pago ex-M 2M	21,2%	21,4%	-0,1p.p.	21,2%	n.a.	21,2%	21,4%	-0,1p.p.
Base de Clientes TM Ultrafibra (000)	799	798	0,2%	790	1,2%	799	798	0,2%
FTTH	779	737	5,7%	761	2,4%	779	737	5,7%
ARPU TM Ultrafibra (R\$)	95,6	98,6	-3,0%	93,2	2,5%	94,4	97,2	-2,9%

* Dados publicados pela Anatel relativos a maio de 2025.

Comentário do Desempenho

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Destaques ASG do 2T25

Ambiental

- A TIM foi apontada pelo CDP como uma empresa Líder – com score A – em Engajamento com Fornecedores (Supplier Engagement Assessment), por meio do reporte do questionário de Mudanças Climáticas. Esse reconhecimento é fruto da jornada iniciada em 2023, quando passamos a monitorar, com o apoio do CDP, a maturidade das iniciativas ESG dos fornecedores. Nos últimos dois anos, ampliamos significativamente o número de fornecedores engajados por meio do Programa Supply Chain do CDP e iniciamos um Programa de Compras Sustentáveis. Além disso, a TIM integra o seleto grupo “A List” de empresas consideradas líderes globais na gestão das mudanças climáticas.
- Como parte da evolução do projeto Geração Distribuída, a TIM terminou o 2º trimestre com 134 usinas em operação. O projeto é responsável por promover o abastecimento de mais de 17 mil sites com a utilização de usinas de energia renovável, com predominância de plantas solares. Além disso, 100% da energia elétrica consumida pela TIM é oriunda de fontes renováveis (com aquisição de I-RECs).
- A TIM encerrou o 2º trimestre de 2025 com 1.873 biosites ativos em sua rede. Essas estruturas, similares a um poste comum, são uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico, menor custo e rápida instalação.

Social

- O programa Academic Working Capital (AWC) realizou sua 9ª Feira de Investimentos, consolidando a etapa final do processo de pré-aceleração oferecido aos estudantes universitários. A iniciativa desenvolvida pelo Instituto TIM, apoia estudantes da graduação na transformação dos seus trabalhos de conclusão de curso (TCCs) em startups tecnológicas. Desde 2015, o AWC já capacitou cerca de 650 estudantes, o que resultou na criação de mais de 120 startups.
- A TIM foi a primeira empresa do setor de Telecom no Brasil a conquistar a certificação Age Friendly. O selo internacional atesta o compromisso da Companhia com o respeito e as ações concretas para o desenvolvimento de profissionais 50+. Como parte do seu compromisso com a diversidade, a TIM reforça a construção de um ambiente plural e de troca de vivências, no qual todas as gerações possam compartilhar seus conhecimentos e habilidades.
- Para ampliar as ações de empregabilidade de pessoas com deficiência, a TIM criou no âmbito do programa TIM+Diversa uma frente de capacitação para promover cursos de qualificação para o mercado de trabalho. A primeira turma, lançada na cidade do Rio de Janeiro, foi voltada para pessoas autistas a partir de 18 anos e com ensino médio completo. Com duração de um mês, o curso abordou conteúdos técnicos e desenvolvimento socio laboral, incluindo temas como organização, comunicação, interação social, pacote office, rotinas administrativas, entre outros. Novas turmas

Comentário do Desempenho

serão abertas e a previsão é expandir o público atendido, com cursos para pessoas com deficiência visual, auditiva e física, combinando aulas presenciais e remotas.

- Em parceria com a plataforma Descomplica, foi disponibilizado para todos os clientes da TIM um curso de formação livre e 100% online em Inteligência Artificial. Com acesso gratuito e linguagem acessível, o conteúdo foi desenhado com foco em empregabilidade. O objetivo é permitir que qualquer pessoa possa dar os primeiros passos em IA, mesmo que nunca tenha tido contato com o tema. Em 2024, TIM e Descomplica ofereceram o primeiro curso sobre o tema, voltado para produtividade, que alcançou mais de 200 mil inscritos.

Governança

- A TIM divulgou seu [Relatório ESG 2024](#). O documento reúne mais de 300 indicadores e detalha resultados em temas como gestão climática, energia renovável, gestão de resíduos, inclusão digital e diversidade, dentre outros. Nele, a Companhia atualiza ainda o seu plano estratégico ESG, com metas que orientam a sua atuação no curto, médio e longo prazo, como ser uma empresa Net Zero até 2040.
- Pelo quarto ano consecutivo, a TIM faz parte do ranking da Great Place To Work (GPTW), sendo reconhecida como uma das Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil. A certificação, que tem o objetivo de medir o nível de confiança dos colaboradores na organização, ratificou o trabalho consistente e focado no cuidado com as pessoas realizado pela TIM, assim como a evolução da sua cultura e promoção de um ambiente de diversidade e inclusão.
- Pelo segundo ano consecutivo, a TIM faz parte do ranking GPTW Diversidade Mulher como uma das melhores empresas para mulheres trabalharem no Brasil. Esse reconhecimento é resultado das ações consistentes e estruturadas desenvolvidas na Companhia para promover uma cultura cada vez mais inclusiva, segura e de bem-estar para todas as colaboradoras. Em 2024, as mulheres representaram mais de 52% da força de trabalho e ocuparam 37,4% das posições de liderança.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: [Informe Trimestral ESG](#)

Prêmios e Conquistas:



2º ano seguido presente no "A-List" do CDP e reconhecida como Líder em Engajamento de Fornecedores

ISEB3
ICO2B3
IGPTWB3
IDIVERSA B3

Única Telecom presente em todos os 4 índices de sustentabilidade da B3.
17 anos no ISE e eleita a mais sustentável do Brasil em 2025



Primeira telecom certificada com o selo *Age Friendly* pelo compromisso com a valorização de profissionais acima de 50 anos

Comentário do Desempenho

Aviso Legal

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao segundo trimestre ("2T25") e aos seis primeiros meses de 2025, exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

CONTATOS DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Telefones: (+55 21) 4109-3360 / 4112-6048

E-mail: ri@timbrasil.com.br

Website de Relações com Investidores: ri.tim.com.br



Notas Explicativas

1. Contexto operacional

1.1. Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detém 66,59 % do capital social da TIM S.A. em 30 de junho de 2025 (66,59% em 31 de dezembro de 2024).

O grupo TIM ("Grupo") é composto pela TIM e por sua coligada I-Systems.

A Companhia detém autorização para o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Adicionalmente, a TIM possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em 30 de junho de 2025, a TIM detém participação societária de 49% (49% em 31 de dezembro de 2024) na companhia I-Systems (coligada).

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS".

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a. Crítérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de

Notas Explicativas

imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no não circulante.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.773.008. O passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.402.853. Em 30 de junho de 2025, o patrimônio líquido da Companhia é positivo em R\$ 25.125.486.

Em conexão com a preparação dessas informações trimestrais, a Administração da Companhia efetuou análises onde confirma que o caixa gerado pelas operações até 30 de junho de 2025 é positivo em R\$ 5,6 bilhões e, portanto, não existem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos de empréstimos e financiamentos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua coligada.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de

Notas Explicativas

negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos

É utilizado o método de aquisição (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação não controladora. O excedente da contraprestação transferida, que ultrapassa o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se a contraprestação transferida for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como ganho por compra vantajosa após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos) mensurados a valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho em compra vantajosa na demonstração do resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

f. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de julho de 2025.

g. Novas normas, alterações e interpretações de normas

g.1 As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2025.

IAS 21 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao *Lack of Exchangeability*, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda

Notas Explicativas

não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.

CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB.

O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.

g.2 As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

Notas Explicativas

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para aplicação do IFRS 19.

Alteração IFRS 9 – Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais

Em maio de 2024, o IASB emitiu emendas à IFRS 9 relacionadas a ativos financeiros, estabelecendo que as entidades devem divulgar informações quantitativas, como uma faixa de possíveis alterações nos fluxos de caixa contratuais. Isso significa que as entidades precisam fornecer tanto informações qualitativas quanto quantitativas sobre os termos contratuais que possam impactar o valor desses fluxos de caixa. Por exemplo, devem ser divulgadas as possíveis variações nas taxas de juros contratuais decorrentes de eventos contingentes associados a metas de ESG (ambiental, social e governança).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026.

A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

Norma Contábil IFRS para PMEs (*Pequenas e Médias Empresas*)

Em fevereiro de 2025, o IASB emitiu uma atualização significativa para o Padrão de Contabilidade IFRS para Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

A atualização resulta de uma revisão periódica abrangente da Norma e inclui aprimoramentos no modelo de reconhecimento de receita, na consolidação dos requisitos de mensuração do valor justo em um único local, além da atualização dos requisitos para combinações de negócios, consolidações e instrumentos financeiros. Esta atualização contribuirá para a melhoria da qualidade das informações prestadas aos usuários das demonstrações financeiras das PMEs, mantendo a simplicidade da Norma.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2027.

A Companhia avaliou que esta atualização não é aplicável, uma vez que se trata de uma companhia aberta e de grande porte, estando, portanto, sujeita à adoção integral das normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB.

Notas Explicativas

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, com base na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para processos judiciais e administrativos tributários

Os processos judiciais e administrativos tributários são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(c) Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(d) Arrendamentos

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 18), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 1º de janeiro de 2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou mensurados ao valor justo por meio do resultado, respectivamente.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	06/2025	12/2024
Caixa e bancos	25.539	81.177
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:		
CDB	2.969.078	3.177.566
	2.994.617	3.258.743

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, o que lhes confere alta liquidez, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não possui risco de perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média das aplicações no primeiro semestre de 2025, referente aos CDB's é de 100,34% a.a. (101,09% em 31 de dezembro de 2024), da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	06/2025	12/2024
FUNCINE ⁽ⁱ⁾	21.401	15.241
Fundo Soberano ⁽ⁱⁱ⁾	5.089	2.404
FIC: ⁽ⁱⁱⁱ⁾		
Títulos Públicos ^(a)	1.688.888	1.716.706
CDB ^(b)	18.176	18.897
Letra Financeira ^(c)	328.622	394.343
Outros ^(d)	438.365	302.091
	2.500.541	2.449.682
Parcela circulante	(2.479.140)	(2.434.441)
Parcela não circulante	21.401	15.241

(i) Desde 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média no primeiro semestre de 2025 foi de 0,16% a.a. (1,47 % a.a em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média no primeiro semestre de 2025 foi de 99,33% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,20% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

(iii) A Companhia investe em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras majoritariamente AAA (mais alta qualidade). A remuneração média no primeiro semestre de 2025 dos FIC's foi de 102,90% a.a. da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (105,14% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

(a) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(b) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco, tendo sua correção atrelada ao percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(c) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(d) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (*"unbilled"*). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (*"impairment"*).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Valores com previsão de recebimento superior a 12 meses estão classificados no longo prazo.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,58% a.m. (0,58% a.m. em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

	06/2025	12/2024
Contas a receber de clientes	5.447.986	4.815.750
Contas a receber bruta	6.132.811	5.486.319
Serviços faturados	2.478.753	2.481.786
Serviços a faturar ("unbilled")	1.466.442	1.302.906
Uso de rede	1.056.353	992.414
Venda de mercadorias	642.997	684.858
Ativo contratual (nota 23)	19.937	24.027
Outros valores a receber (i)	468.000	-
Outras contas a receber	329	328
Perdas por crédito de liquidação esperada	(684.825)	(670.569)
Parcela circulante	(5.335.336)	(4.677.935)
Parcela não circulante	112.650	137.815

(i) Valores a receber decorrentes do Acordo firmado entre a TIM e o Banco C6 em 11 de fevereiro de 2025, após a aprovação da CIMA (Autoridade Monetária das Ilhas Cayman) em março de 2025, para a alienação de todas as ações (nota 12) e bônus de subscrição em circulação detidos pela TIM (nota 36) da Companhia no C6 Bank, pelo valor total de R\$ 520 milhões. Até 30 de junho de 2025, aproximadamente 10% do valor foi recebido. O saldo remanescente, no montante de R\$ 468 milhões, será liquidado durante o exercício.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	06/2025	12/2024
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	670.569	629.739
Constituição de provisão	373.450	693.122
Baixas de Provisão	(359.194)	(652.292)
Saldo Final	684.825	670.569

Notas Explicativas

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	06/2025	12/2024
Total	6.132.811	5.486.319
A vencer	4.393.276	3.917.182
Vencidos até 30 dias	482.281	372.836
Vencidos até 60 dias	203.434	123.183
Vencidos até 90 dias	155.331	149.653
Vencidos até 120 dias	124.528	105.426
Vencidos a mais de 120 dias	773.961	818.039

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	06/2025	12/2024
Total Estoques	358.229	293.529
Estoques	377.938	310.054
Aparelhos celulares e tablets	281.195	187.866
Acessórios e cartões pré-pagos	73.340	98.868
TIM chips	23.403	23.320
Perdas para ajuste ao valor de realização	(19.709)	(16.525)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.a Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	06/2025	12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	275.502	326.256
Imposto de renda	185.717	200.802
Contribuição social	89.785	125.454
Parcela circulante	(44.734)	(111.376)
Parcela não circulante	230.768	214.880

Notas Explicativas

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Naquele momento, a TIM registrou a sua melhor estimativa, no valor de R\$ 535 milhões (principal). Até 30 de junho de 2025, a correção monetária total reconhecida foi de R\$ 131 milhões. No terceiro trimestre de 2023, a ação judicial da TIM transitou em julgado e no mês de setembro de 2023, a Companhia obteve a habilitação dos créditos perante a Receita Federal do Brasil.

Em setembro de 2023, a Companhia realizou a reclassificação entre contas do ativo (Imposto de renda e contribuição social a recuperar e Imposto de renda e contribuição social diferidos) no montante de R\$156 milhões. Reconhecendo os tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$114 milhões e R\$42 milhões, respectivamente. Além disso, no mesmo período, a TIM reclassificou R\$ 470 milhões de créditos para o circulante. Nos exercícios de 2023 e 2024, a empresa utilizou, respectivamente, R\$ 151 milhões e R\$ 231 milhões em créditos para compensação de tributos federais. Em 2025, foi realizada a compensação de R\$ 70 milhões desses créditos.

8.b Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2025, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	06/2025	12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher	98.993	46.610
Imposto de renda	34.062	-
Contribuição social	64.931	46.610
Parcela circulante	(92.482)	(46.610)
Parcela não circulante	6.511	-

8.c Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, quando aplicável; e (2) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob o histórico de lucratividade e/ou quando fundamentado nas projeções anualmente preparadas pela Companhia.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral

Notas Explicativas

relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	06/2025	12/2024
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	12.132
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	510.597	536.550
Provisão para perdas de crédito esperadas	264.006	257.645
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	1.379.477	1.230.521
Instrumentos financeiros derivativos	(91.656)	(274.140)
Juros capitalizados 4G e 5G	(229.071)	(246.621)
Ajustes norma IFRS16 (ii)	767.386	730.015
Depreciação acelerada (iii)	(1.013.910)	(990.374)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	(249.477)
Perda por redução ao valor recuperável (v)	228.656	269.172
Ágio amortizado – Cozani	(466.420)	(388.245)
Outros ativos	266.828	287.234
Outros passivos	(90.312)	(92.779)
	<u>1.276.104</u>	<u>1.081.633</u>
Parcela imposto ativo diferido	3.416.950	3.323.269
Parcela imposto passivo diferido	<u>(2.140.846)</u>	<u>(2.241.636)</u>

(i) Representada, principalmente, pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 a 2025 da TIM S.A. e TFF referente ao exercício 2022 da Cozani. O TFF relativo aos exercícios de 2020 a 2025 da TIM S.A. e o TFF relativo ao exercício de 2022 da Cozani tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 22.

(ii) Representa a adição de novos contratos de leasing. A diferença temporária dos contratos de IFRS16 se dá em função da diferença do momento do reconhecimento da despesa contábil (juros e depreciação) e fiscal (contraprestação de serviço), nos termos da legislação vigente.

(iii) Desde o 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 1.014 milhões até 30 de junho de 2025 (R\$ 990 milhões até 31 de dezembro de 2024).

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o ajuste a valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda da Fiber Co (atualmente I-Systems), ocorrida em novembro de 2021, da TIM S.A. para a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda (vide nota 14).

(v) Representa o diferido constituído referente ao *impairment* de ativos tangíveis reconhecido pela Cozani antes de sua aquisição em abril/2022.

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

Notas Explicativas

A Companhia utilizou créditos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 12 milhões em 30 de junho de 2025 (R\$ 189 milhões em 31 de dezembro de 2024).

8.d Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	06/2025	06/2024
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do período	(359.133)	(195.861)
Contribuição social do período	(139.382)	(78.242)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	209.582	153.600
	(288.933)	(120.503)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	139.782	(71.108)
Contribuição social diferida	54.689	(19.947)
	194.471	(91.055)
	(94.462)	(211.558)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	06/2025	06/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.867.470	1.512.201
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(634.940)	(514.148)
(Adições) / exclusões:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(17.806)	(15.500)
Adições, exclusões permanentes:		
Receitas não tributáveis	6.685	5.095
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(10.491)	(16.383)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	209.582	153.600
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	336.600	170.000
Outros valores	15.908	5.778
	540.478	302.590
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	(94.462)	(211.558)
Alíquota efetiva	5,06%	13,99%

- (i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá

Notas Explicativas

ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A Companhia possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

9. Impostos, taxas e contribuições a recuperar

	06/2025	12/2024
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.830.823	1.853.456
ICMS (i)	1.219.058	1.235.119
PIS / COFINS (ii)	306.397	330.019
IRRF sobre aplicações financeiras	93.159	93.008
ISS a recuperar	109.314	109.314
Outros	102.895	85.996
Parcela circulante	(903.508)	(946.103)
Parcela não circulante	927.315	907.353

(i) Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(a) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(b) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

(ii) O saldo atual é majoritariamente composto por créditos gerados no regime de tributação não cumulativo.

10. Despesas antecipadas

	06/2025	12/2024
Despesas Antecipadas	865.407	562.141
Fistel (i)	171.272	-
Propagandas não veiculadas (ii)	118.570	20.331
Aluguéis e seguros	73.881	83.603
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (iii)	198.332	188.269
Despesas antecipadas contratuais (iv)	279.976	251.181
Outros	23.376	18.757
Parcela circulante	(568.550)	(280.851)
Parcela não circulante	296.857	281.290

Notas Explicativas

- (i) A taxa Fistel é apropriada mensalmente ao resultado.
- (ii) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.
- (iii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.
- (iv) Representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

11. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	06/2025	12/2024
Depósitos judiciais	692.575	677.530
Cível	302.769	290.580
Trabalhista	58.156	54.954
Tributário	236.153	239.093
Regulatório	117	116
Penhora Online (i)	95.380	92.787

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se às ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor em discussão atualizado depositado em Juízo é de R\$ 90.987 (R\$ 88.147 em 31 de dezembro de 2024).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos.

Notas Explicativas

O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais no valor total atualizado estimado de R\$ 236.153 (R\$ 239.093 em 31 de dezembro de 2024), relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 43.487 (R\$40.533 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 6.171 (R\$ 5.982 em 31 de dezembro de 2024).
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 28.263 (R\$ 26.339 em 31 de dezembro de 2024).
- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 13.014 (R\$ 12.699 em 31 de dezembro de 2024).
- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 13.445 (R\$ 12.974 em 31 de dezembro de 2024).
- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.981 (R\$ 3.903 em 31 de dezembro de 2024).
- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.221 (R\$ 4.123 em 31 de dezembro de 2024).
- (h) Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 73.243 (R\$ 71.237 em 31 de dezembro de 2024).
- (i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 24.046 (R\$ 30.039 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (j) Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 16.166 (R\$ 15.461 em 31 de dezembro de 2024).

12. Outros ativos financeiros

	06/2025	12/2024
Outros ativos financeiros	508.298	550.669
Subscrição bônus Banco C6 (i)	-	162.958
Fundo 5G (ii)	332.981	212.394
Bônus de subscrição (iii)	175.317	175.317
Parcela não circulante	508.298	550.669

São reconhecidos pelo seu valor justo na data de aquisição ou emissão. Tais ativos e passivos financeiros, subsequentemente, são mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de resultado financeiro.

(i) Em março de 2025, foi obtida aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA) para o Acordo firmado em 11 de fevereiro de 2025 entre a Companhia e o Banco C6, que teve por objetivo encerrar a parceria entre as partes e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. O Acordo contempla a alienação integral da participação da Companhia, incluindo todas as ações e bônus de subscrição em circulação detidos pela TIM. Com a formalização do Acordo, o bônus de subscrição teve sua baixa contábil integralmente realizada.

(ii) A Companhia possui investido aproximadamente R\$ 333 milhões em 30 de junho de 2025 (R\$ 212 milhões em 2024) no Fundo de investimentos focado em soluções 5G "Upload Ventures Growth" ("Fundo 5G"). Reforçando seu compromisso em impulsionar o desenvolvimento de solução baseadas em tecnologia 5G

Deste montante total, vale destacar que em 16 de janeiro de 2025, Companhia realizou aporte de aproximadamente R\$ 85 milhões (R\$ 185 milhões até 2024), no Fundo 5G.

Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo e a Companhia deve divulgar a classificação de nível de cada instrumento financeiro. Para detalhes destas informações vide nota 36 no trecho sobre Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

(iii) Em abril de 2022 a Companhia entrou em uma parceria junto a EXA Serviços de Tecnologia ("EXA") para fornecimento de serviços digitais e entretenimento para a base clientes da TIM. Essa parceria previa também pagamentos de comissão pela EXA à TIM em função dos clientes da TIM que adquirirem serviços dessa parceria assim como o direito da TIM em subscrever ações mediante o pagamento de uma contraprestação.

Ao final de 2024 o contrato com novos termos da parceria foi finalizado e a TIM adquiriu o direito de subscrever 27% das ações da EXA através de uma contraprestação de R\$ 174 milhões. O valor do ativo financeiro foi registrado a valor justo por R\$175 milhões e representa 27% do valor justo do direito a participação da TIM na EXA. Esse direito deve ser exercido nos próximos 24 meses, após a realização de condições de exercício e aprovação societária.

Notas Explicativas

13. Outros ativos

	06/2025	12/2024
Outros ativos	300.626	238.218
Adiantamento a empregados	37.374	3.819
Adiantamentos a fornecedores	66.139	48.008
Valores a receber TIM Brasil (nota 34)	23.218	23.260
Valores a receber projetos incentivados	27.666	27.391
INSS a compensar	95.391	80.610
Outros (i)	50.838	55.130
Parcela circulante	(270.401)	(208.313)
Parcela não circulante	30.225	29.905

- (i) Parte substancial relacionada a: (a) outros adiantamentos no montante R\$ 7.994 (R\$ 8.267 em 31 de dezembro 2024); (b) valores de reembolso de benefícios a empregados, no montante de R\$ 18.691 (R\$ 19.255 em 31 de dezembro 2024).

14. Investimento

A participação societária em coligada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

I-Systems

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems, a TIM S.A., alienou 51% de sua participação societária em favor da IHS, como resultado desta transação, houve perda de controle e a TIM S.A. deixa de consolidar a Empresa, registrando o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

A TIM S.A. detém 49% (49% em 31 de dezembro de 2024) de participação no capital social da I-Systems. A tabela a seguir representa as informações financeiras resumidas sobre os investimentos da empresa I-Systems:

	06/2025	12/2024
Ativo	2.006.396	2.134.912
Ativo circulante e não circulante	304.688	388.082
Ativo tangível e intangível	1.701.708	1.746.830
Passivo e Patrimônio Líquido	2.006.396	2.134.912
Passivo circulante e não circulante	734.245	755.882
Patrimônio líquido	1.272.151	1.379.030
Participação proporcional da Companhia	49%	49%
Ajuste a valor justo	733.757	733.757
Custo do investimento	582.159	634.529
Valor do investimento (nota 14.b)	1.315.916	1.368.286

Notas Explicativas

	06/2025	12/2024
Prejuízo líquido do exercício/período	(106.879)	(167.145)
Participação proporcional do Companhia	49%	49%
Participação da Companhia nos resultados da coligada	(52.370)	(82.526)

a) Participação em empresa coligada

	06/2025	12/2024
	I-Systems	I-Systems
Quantidade de ações total	1.794.287.995	1.794.287.995
Participação no capital total	49%	49%
Patrimônio líquido	1.272.151	1.379.030
Prejuízo do período/exercício	(106.879)	(167.145)
Resultado de equivalência patrimonial	(52.370)	(82.526)
Valor do investimento	1.315.916	1.368.286

b) Mutação do investimento em empresa coligada:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro de 2024	1.368.286
Resultado de equivalência patrimonial	(52.370)
Saldo do investimento em 30 de junho de 2025	1.315.916

15. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresenta nenhum indicativo de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Notas Explicativas

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

- Movimentação do imobilizado

	Saldo em 12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 06/2025
Total do Custo do Imobilizado Bruto	75.732.043	3.064.563	(163.887)	-	78.632.719
Equipamentos de comutação / transmissão	41.197.166	-	(65.909)	1.337.861	42.469.118
Cabos de fibra ótica	791.983	-	-	2.229	794.212
Aparelhos em comodato	4.256.120	497	(19.166)	91.960	4.329.411
Infraestrutura	7.925.713	-	(10.865)	197.416	8.112.264
Bens de informática	1.806.939	-	(2.052)	2.815	1.807.702
Bens de uso geral	1.047.340	-	(956)	27.200	1.073.584
Direito de uso em arrendamentos	18.028.112	1.479.747	(64.408)	-	19.443.451
Terrenos	38.084	-	(1)	-	38.083
Obras em andamento	640.586	1.584.319	(530)	(1.659.481)	564.894
Total Depreciação Acumulada	(52.916.715)	(2.562.716)	92.887	-	(55.386.544)
Equipamentos de comutação / transmissão	(30.962.551)	(1.378.567)	63.561	-	(32.277.557)
Cabos de fibra ótica	(705.143)	(13.674)	-	-	(718.817)
Aparelhos em comodato	(3.956.664)	(113.453)	16.606	-	(4.053.511)
Infraestrutura	(5.660.027)	(179.095)	9.996	-	(5.829.126)
Bens de informática	(1.748.687)	(14.373)	2.052	-	(1.761.008)
Bens de uso geral	(803.591)	(25.745)	672	-	(828.664)
Direito de uso em arrendamentos	(9.080.052)	(837.809)	-	-	(9.917.861)
Total Imobilizado líquido	22.815.328	501.847	(71.000)	-	23.246.175
Equipamentos de comutação / transmissão	10.234.615	(1.378.567)	(2.348)	1.337.861	10.191.561
Cabos de fibra ótica	86.840	(13.674)	-	2.229	75.395
Aparelhos em comodato	299.456	(112.956)	(2.560)	91.960	275.900
Infraestrutura	2.265.686	(179.095)	(869)	197.416	2.283.138
Bens de informática	58.252	(14.373)	-	2.815	46.694
Bens de uso geral	243.749	(25.745)	(284)	27.200	244.920
Direito de uso em arrendamentos	8.948.060	641.938	(64.408)	-	9.525.590
Terrenos	38.084	-	(1)	-	38.083
Obras em andamento	640.586	1.584.319	(530)	(1.659.481)	564.894

Notas Explicativas

	Saldo em dez/23	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 06/2024
Total do Custo do Imobilizado Bruto	70.343.331	3.016.413	(352.364)	-	73.007.380
Equipamentos de comutação / transmissão	38.274.244	(3.654)	(35.196)	1.698.577	39.933.971
Cabos de fibra ótica	786.762	-	-	3.950	790.712
Aparelhos em comodato	4.082.742	323	(3.249)	103.106	4.182.922
Infraestrutura	7.737.385	-	(9.695)	88.158	7.815.848
Bens de informática	1.803.782	-	(367)	3.595	1.807.010
Bens de uso geral	1.004.301	-	(385)	20.283	1.024.199
Direito de uso em arrendamentos (i)	15.973.178	1.265.499	(303.700)	-	16.934.977
Terrenos	38.588	-	-	-	38.588
Obras em andamento	642.349	1.754.245	228	(1.917.669)	479.153
Total Depreciação Acumulada	(47.931.516)	(2.549.419)	45.294	-	(50.435.641)
Equipamentos de comutação / transmissão	(28.413.977)	(1.283.391)	33.650	-	(29.663.718)
Cabos de fibra ótica	(644.978)	(30.196)	-	-	(675.174)
Aparelhos em comodato	(3.761.002)	(99.928)	1.788	-	(3.859.142)
Infraestrutura	(5.325.647)	(173.120)	9.222	-	(5.489.545)
Bens de informática	(1.715.818)	(19.270)	366	-	(1.734.722)
Bens de uso geral	(755.528)	(24.792)	268	-	(780.052)
Direito de uso em arrendamentos	(7.314.566)	(918.722)	-	-	(8.233.288)
Total Imobilizado Líquido	22.411.815	466.994	(307.070)	-	22.571.739
Equipamentos de comutação / transmissão	9.860.267	(1.287.045)	(1.546)	1.698.577	10.270.253
Cabos de fibra ótica	141.784	(30.196)	-	3.950	115.538
Aparelhos em comodato	321.740	(99.605)	(1.461)	103.106	323.780
Infraestrutura	2.411.738	(173.120)	(473)	88.158	2.326.303
Bens de informática	87.964	(19.270)	(1)	3.595	72.288
Bens de uso geral	248.773	(24.792)	(117)	20.283	244.147
Direito de uso em arrendamentos	8.658.612	346.777	(303.700)	-	8.701.689
Terrenos	38.588	-	-	-	38.588
Obras em andamento	642.349	1.754.245	228	(1.917.669)	479.153

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.587.122	1.166.143	2.002.527	1.192.268	8.948.060
Adições (i)	608.116	264.095	139.152	468.384	1.479.747
Remensuração	(44.879)	-	(14.352)	(5.177)	(64.408)
Depreciação	(366.110)	(87.929)	(145.456)	(238.314)	(837.809)
Saldos em 30 de junho de 2025	4.784.249	1.342.309	1.981.871	1.417.161	9.525.590
Taxas de depreciação anual	9,24%	9,41%	8,58%	11,99%	

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.677.149	833.391	2.351.707	796.365	8.658.612
Adições (i)	503.595	288.828	108.667	364.409	1.265.499
Remensuração	(144.947)	(2.010)	(156.743)	-	(303.700)
Depreciação	(384.295)	(75.273)	(210.035)	(249.119)	(918.722)
Saldos em 30 de junho de 2024	4.651.502	1.044.936	2.093.596	911.655	8.701.689
Taxas de depreciação anual	12,25%	11,80%	12,50%	9,64%	

(i) A movimentação do direito de uso em arrendamentos inclui adições líquidas dos incentivos de arrendamentos, que totalizam R\$ 28 milhões no primeiro semestre de 2025 (R\$ 65 milhões no primeiro semestre de 2024).

- Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	6,67 a 20
Cabos de fibra ótica	10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10 a 20
Direito de uso em arrendamentos	10 a 12

Em 2024, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Resolução CVM 73, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. Até 30 de junho de 2025 não há indicativos de mudança de vida útil dos ativos.

16. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Notas Explicativas

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e tivemos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência entre 2021 e 2023. A partir do segundo trimestre de 2023 encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados (por exemplo, ágios em aquisição de empresas), mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em 12/2024	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 06/2025
<u>Total Custo do Intangível Bruto</u>	47.460.121	747.213	(48)	-	48.207.286
Direito de uso de softwares	24.058.388	-	(1)	749.595	24.807.982
Autorizações	18.903.457	39.105	-	18.181	18.960.743
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	212.703	-	-	7.544	220.247
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	583.355	-	-	1.250	584.605
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	708.108	(47)	(776.570)	267.911
<u>Total Amortização Acumulada</u>	(32.605.161)	(969.357)	1	-	(33.574.517)
Direito de uso de softwares	(21.722.385)	(476.136)	1	-	(22.198.520)
Autorizações	(10.272.479)	(450.121)	-	-	(10.722.600)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(108.270)	(5.808)	-	-	(114.078)
Lista de clientes	(88.219)	(16.541)	-	-	(104.760)
Outros ativos	(413.808)	(20.751)	-	-	(434.559)
<u>Total Intangível Líquido</u>	14.854.960	(222.144)	(47)	-	14.632.769
Direito de uso de softwares (c)	2.336.003	(476.136)	-	749.595	2.609.462
Autorizações (f)	8.630.978	(411.016)	-	18.181	8.238.143
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	104.433	(5.808)	-	7.544	106.169
Lista de clientes	165.410	(16.541)	-	-	148.869
Outros ativos	169.547	(20.751)	-	1.250	150.046
Ativos intangíveis em desenvolvimento	336.420	708.108	(47)	(776.570)	267.911

Notas Explicativas

	Saldo em 12/2023	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em 06/2024
Total Custo do Intangível Bruto	46.313.583	530.446	(165)	-	46.843.864
Direito de uso de softwares	23.167.846	-	(11)	407.833	23.575.668
Autorizações	18.794.239	59.461	-	16.301	18.870.001
Ágio	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	207.589	-	-	5.115	212.704
Lista de clientes	253.629	-	-	-	253.629
Outros ativos	574.245	-	-	1.162	575.407
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	470.985	(154)	(430.411)	244.286
Total Amortização Acumulada	(30.688.542)	(960.854)	10	-	(31.649.386)
Direito de uso de softwares	(20.785.708)	(470.764)	10	-	(21.256.462)
Autorizações	(9.377.907)	(447.464)	-	-	(9.825.371)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(97.174)	(5.442)	-	-	(102.616)
Lista de clientes	(55.137)	(16.541)	-	-	(71.678)
Outros ativos	(372.616)	(20.643)	-	-	(393.259)
Total Intangível Líquido	15.625.041	(430.408)	(155)	-	15.194.478
Direito de uso de softwares (c)	2.382.138	(470.764)	(1)	407.833	2.319.206
Autorizações (f)	9.416.332	(388.003)	-	16.301	9.044.630
Ágio (d)	3.112.169	-	-	-	3.112.169
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	110.415	(5.442)	-	5.115	110.088
Lista de clientes	198.492	(16.541)	-	-	181.951
Outros ativos	201.629	(20.643)	-	1.162	182.148
Ativos intangíveis em desenvolvimento	203.866	470.985	(154)	(430.411)	244.286

Os ativos intangíveis em desenvolvimento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 25
Direito de uso de infraestrutura	até 5
Outros ativos	até 10
Lista de Cliente Cozani	13,04
Mais valia autorizações Cozani	5,66

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software*

Notas Explicativas

identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados

A Companhia possui os seguintes ágios fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	06/2025	12/2024
Ágios registrados	3.112.169	3.112.169
Aquisição da Cozani	2.636.426	2.636.426
Aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ	108.172	108.172
Aquisição da “Intelig” pela TIM Participações	210.015	210.015
Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste	157.556	157.556

Ágio na aquisição da Cozani

Em abril/22 a Companhia adquiriu 100% da empresa Cozani tendo uma contraprestação paga total de R\$7.211.585 e ativos identificáveis, líquidos de passivos assumidos a valor justo de R\$4.575.159. Portanto, tendo um montante remanescente de ágio no valor R\$2.636.426, o qual consta registrado em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Dentre os ativos identificados no processo de combinação de negócios da Cozani, a Companhia identificou uma mais valia das radiofrequências adquiridas no valor de R\$3.038.951 e de lista de clientes de R\$253.629.

No dia 4 de outubro de 2023, o Tribunal da Câmara Arbitral homologou um acordo com relação ao Ajuste Pós-Fechamento, celebrado, de um lado, entre a TIM S.A., a Telefônica Brasil S.A. e a Claro S.A. e de outro, a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, como forma de colocar fim à controvérsia e ao procedimento arbitral relacionado ao Ajuste Pós-Fechamento. O preço final da parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia, considerando o Ajuste Pós-Fechamento negociado no Acordo (excluindo valores de metas contratuais), foi R\$ 6,6 bilhões.

Principalmente por ainda se tratar de uma dívida contratual na data de conclusão da alocação do preço de compra da aquisição da Cozani, a redução na contraprestação, correspondente à metade do valor depositado em juízo, foi registrada no resultado do exercício na data da homologação do acordo (outubro de 2023), na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, nenhum ajuste no ágio registrado foi efetuado conforme previsto em prática contábil do IFRS3/CPC 15 (R1).

Na nota 2.d, a Companhia descreve a prática contábil adotada em combinações de negócios, em que inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado na unidade geradora de caixa que se espera ser beneficiadas pela combinação de negócios.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A. (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A.) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (posteriormente TIM Fiber SP) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (posteriormente TIM Fiber RJ). TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ foram

Notas Explicativas

incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva advindo destas empresas no valor total de R\$ 1.159.649.

Conforme descrito na nota 14, em novembro de 2021, a Companhia realizou a alienação de 51% de participação societária da Fiber Co (atual I-Systems), empresa que recebeu os ativos líquidos relacionados a infraestrutura de rede secundária de banda larga residencial. Em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de R\$1.051.477 do ágio registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A, restando R\$108.172 do ágio em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A., a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A. em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange a TIM S.A., empresa operacional do Grupo TIM no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, o teste de *impairment* foi realizado comparando o valor contábil (*carrying amount*) com o valor justo menos os potenciais custos de venda do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01 / IFRS 13 / CPC 46.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo Nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. As ações da Companhia são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a mensuração foi feita com base no valor da ação Companhia na data de fechamento do balanço, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*, que abrange todos os ativos tangíveis, ativos intangíveis e investimento. Logo, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment*.

Notas Explicativas

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(f) Autorizações

Licença 4G

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). A licença acima mencionada enquadrou-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 e 2019.

Licença 5G

No quarto trimestre de 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração ("5G"), visto que a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de atualização pela taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, houve a constituição de entidades administradoras, as quais cumpriram com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão desembolsaram os valores previstos em edital para que tais entidades cumprissem com as obrigações definidas. tais obrigações eram previstas para a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa ("EAF"), e para a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE").

Na data da assinatura dos termos, em dezembro de 2021, as radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontravam-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro no ano de 2021 em "Autorizações" dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), ocorreram em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tiveram correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente ("AVP") no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não estava prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, foi registrada em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também foram registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, foram corrigidos pelo IGP-DI até as datas de desembolso. Estes desembolsos ocorreram em 2 parcelas no ano de 2022 (R\$ 1.090 milhões em fevereiro e R\$1.133 milhões em maio) à EAF.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadrou-se a radiofrequência de 3,5GHz. No segundo

Notas Explicativas

trimestre de 2023, o ativo foi considerado disponível para uso pela Companhia, cessando tal capitalização. Assim, foi realizada a transferência de bens em andamento para linha de autorizações. A Companhia registrou no ativo intangível o montante de R\$95 milhões referente a juros calculados tendo como base a taxa Selic em 2023, incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e não capitalizou a correção monetária dos valores devidos à EAF em 2023 devido a não haver mais saldo a desembolsar com esta entidade.

O efeito total no ativo intangível da Companhia em 30 de junho de 2025 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas é de R\$ 4.053 milhões (R\$4.053 milhões em 31 de dezembro de 2024).

17. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Anatel.

Em 30 de junho de 2025, esse crédito é de R\$ 33.155 (R\$ 38.033 em 31 de dezembro de 2024).

18. Arrendamentos

No momento de celebração de contrato, a Companhia avalia se os contratos firmados são (ou contêm) arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento se transmite um direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado (direito de uso) e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	06/2025	12/2024
LT Amazonas (i)	176.735	174.014
<i>Subleasing "lojas revendas" – IFRS16 (ii)</i>	65.282	66.373
	242.017	240.387
Parcela circulante	(33.290)	(33.717)
Parcela não circulante	208.727	206.670

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente.

Notas Explicativas

	LT Amazonas	Subleasing “lojas revendas” – IFRS16	Total
Valores nominais	276.896	81.469	358.365
2025	16.738	20.937	37.675
2026	34.032	22.562	56.594
2027	34.032	17.551	51.583
2028	34.032	13.229	47.261
2029	34.032	6.361	40.393
2030 em diante	124.030	829	124.859
Valor presente	176.735	65.282	242.017

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas em 2013, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de “lojas revenda”. O impacto no passivo de arrendamento está refletido no grupo “Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis”.

O valor de receita de *subleasing* da Companhia no período findo em 30 de junho de 2025 é de R\$ 34.181 (R\$ 30.961 no mesmo período de 2024).

Passivo

	06/2025	12/2024
LT Amazonas (i)	332.472	324.152
Venda de Torres (<i>leaseback</i>) (ii)	1.669.829	1.606.644
Outros (iii)	120.429	124.451
Subtotal	2.122.730	2.055.247
Outros arrendamentos: (iv)		
Arrendamentos – Infraestrutura de Rede	5.728.599	5.491.602
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	1.538.568	1.332.983
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	2.415.822	2.417.834
Arrendamentos – Fibra	1.511.435	1.278.180
Sub-total arrendamentos IFRS16 / CPC 06 (R2)	11.194.424	10.520.599
Total	13.317.154	12.575.846
Parcela circulante	(1.597.359)	(1.629.698)
Parcela não circulante	11.719.795	10.946.148

O montante de juros pagos no período findo em 30 de junho de 2025 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) foi de R\$ 641.351 (R\$ 567.985 no mesmo período de 2024).

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2025, foi pago o montante de R\$ 31 milhões (R\$ 59 milhões no mesmo período de 2024), referentes a multas aplicadas, relacionadas ao processo de descomissionamento de sites.

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 36.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	LT Amazonas	Venda de torres e "leaseback"	Outros	Arrendamentos Infraestrutura de rede	Arrendamentos Lojas & Quiosques e Imóveis	Arrendamentos Terrenos (Rede)	Arrendamentos Fibra	Total
Valores nominais	541.393	3.116.669	145.257	9.641.119	2.782.493	4.006.363	1.923.133	22.156.427
2025	47.064	162.912	26.135	1.290.264	330.679	529.081	532.383	2.918.518
2026	64.641	307.465	37.353	1.245.063	312.515	484.437	461.454	2.912.928
2027	64.641	307.188	32.067	1.184.118	285.184	462.845	438.451	2.774.494
2028	64.641	307.188	24.395	1.110.384	251.668	436.265	355.659	2.550.200
2029	64.641	307.188	14.590	917.168	217.398	368.475	135.186	2.024.646
2030 em diante	235.765	1.724.728	10.717	3.894.122	1.385.049	1.725.260	-	8.975.641
Valor presente	332.472	1.669.829	120.429	5.728.599	1.538.568	2.415.822	1.511.435	13.317.154

i) LT Amazonas

Em 2013, a Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram transferidas 5.873 torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contratado (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um arrendamento similar e/ou empréstimo.

Notas Explicativas

(iii) Outros

Além dos contratos de arrendamentos citados, a Companhia também possui contratos de arrendamentos de torres que são parte das obrigações de leasing do contrato com empresas torreiras.

O valor presente, principal e de juros em 30 de junho 2025 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 13,15% (11,88% em 2024).

(iv) Outros arrendamentos

Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão, terrenos, lojas e quiosques e fibras no escopo do IFRS 16.

Arrendamentos de baixo valor ou curto prazo

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou de curto prazo (inferiores a 12 meses) foram reconhecidos como despesa de aluguel e totalizaram R\$ 14.415 em 30 de junho de 2025 (R\$ 15.261 no mesmo período em 2024).

19. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	06/2025	12/2024
Fornecedores	4.522.549	4.986.912
Moeda nacional	3.590.578	4.233.754
Fornecedores de materiais e serviços (i)	3.509.130	4.157.887
Interconexão (ii)	50.796	44.759
Roaming (iii)	6.547	4.667
Co-billing (iv)	24.105	26.441
Moeda estrangeira	931.971	753.158
Fornecedores de materiais e serviços (i)	278.456	267.723
Roaming (iii)	653.515	485.435
Parcela Circulante	4.522.549	4.986.912

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

Notas Explicativas

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(iv) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

A Companhia firmou contratos com instituições financeiras como alternativa de suporte aos seus fornecedores para que pontualmente, a seu exclusivo critério, pudessem antecipar seus recebíveis. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira sem direito de regresso mantendo os prazos contratuais. Os títulos cedidos são antecipados aos fornecedores mediante aplicação de taxa de deságio. Após a realização das operações a Companhia passa a ter essas instituições financeiras como credoras dos títulos cedidos no valor e prazo contratuais originais com os fornecedores, sem nenhum encargo ou benefício financeiro associado. O saldo registrado referente aos títulos a pagar relacionados a essas operações permanecem classificados na rubrica de fornecedores de materiais e serviços e já foram integralmente pagos pelas instituições financeiras aos fornecedores.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui aproximadamente R\$ 170 milhões (R\$ 429 milhões em 31 de dezembro de 2024) relacionados a operação de risco sacado.

Não houve alterações não caixa significativas nos valores contábeis de fornecedores incluídos nestas operações.

20. Autorizações a pagar

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	06/2025	12/2024
Renovação de autorizações (i)	289.241	279.548
Dívida ANATEL atualizada (ii)	215.558	209.538
Autorizações a pagar (iii)	989.361	990.696
	1.494.160	1.479.782
Parcela circulante	(309.960)	(299.354)
Parcela não circulante	1.184.200	1.180.428

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis¹. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de junho de 2025, os saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações eram de R\$ 289.241 (R\$ 279.548 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz, referente as autorizações da licença 4G, e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo

¹ O tempo de renovação varia de acordo com o edital de licitação e condições de prorrogação aprovadas pela Agência.

Notas Explicativas

remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões, atualizado pelo IGP-DI, totalizando R\$ 216 milhões em 30 de junho de 2025 (210 milhões em 31 de dezembro de 2024), o qual ainda está pendente de julgamento.

(iii) Refere-se aos custos na aquisição das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração (“Leilão 5G”), onde em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização. O valor inicial total especificamente das radiofrequências no montante de R\$884 milhões, sofre incidência de juros atrelados à taxa Selic e a Companhia optou por realizar pagamentos anuais pelo período de 20 anos (tendo pago as 4 primeiras parcelas nos montantes de R\$46, R\$52, R\$58 e R\$62 milhões).

As autorizações a pagar em 30 de junho de 2025 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	06/2025
2026	325.738
2027	65.457
2028	65.457
2029	65.457
2030	65.457
2031	59.605
2032 em diante	537.029
	1.184.200

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 30 de junho de 2025, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Notas Explicativas

Data de Expiração									
Termos de Autorização	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Bandas V1 e V2 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>	<u>2,3GHz (5G)</u>	<u>3,5GHz (5G)</u>	<u>26GHz (5G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Março, 2031	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2031	ES - Dezembro/ 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2031	Dezembro/ 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027		Dezembro, 2029	Sul – Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	Março, 2031	Interior - Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Novembro, 2028 (800MHz); Dezembro, 2032 (900 e 1800MHz)	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Santa Catarina	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	Novembro/2028	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para	800MHz – Novembro/2028	Dezembro, 2032	Abril, 2038	Outubro, 2027	Parte da AR31 -	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro,

Notas Explicativas

radiofrequências 3G e sobras e 5G)	1800MHz – Dezembro 2032				fevereiro, 2030				2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	800MHz – Novembro/2028 1800MHz – Dezembro 2032	-	Abril, 2038	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

21. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	06/2025	12/2024
KFW Finnvera ³ (ii)	USD	SOFR + 1,17826% a.a.	Dez/25	14.481	32.820
Debêntures ¹ (ii)	BRL	IPCA + 4,0432% a.a.	Jun/28	2.022.952	1.956.307
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	357.381	385.592
BNB ² (i)	BRL	IPCA + 1,2228% a 1,4945% a.a.	Fev/28	492.326	585.129
BNDES (i)	BRL	TJLP + 1,95% a.a.	Ago/25	19.116	75.653
Total				2.906.256	3.035.501
Circulante				(950.797)	(348.353)
Não circulante				1.955.459	2.687.148

¹ É prevista uma redução automática de até 0,25 pontos base em juros remuneratórios em observância ao cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

² As taxas para os juros do BNB já contemplam 15% de desconto por adimplência.

³ A dívida junto ao KFW Finnvera teve seu indexador aditado, migrando de Libor para SOFR, sendo o 1º *fixing* válido a partir de janeiro de 2024.

Garantias

(i) Recebíveis da TIM S.A. limitados ao valor da dívida;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados trimestralmente. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. As Debêntures emitidas pela TIM S.A. (2ª emissão em Série Única) possuem cláusula de cumprimento de índice financeiro, calculado semestralmente, nos meses de junho e dezembro. O índice é Dívida financeira líquida sobre EBITDA. A Companhia cumpriu todos os índices estabelecidos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de junho de 2025 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Notas Explicativas

	Valor nominal
2026	118.372
2027	913.176
2028	761.896
2029	55.548
2030	55.548
2031	50.919
	<u>1.955.459</u>

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2025	155.993
2026	913.176
2027	913.176
2028	761.896
2029	55.548
2030	55.548
2031	50.919
	<u>2.906.256</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. São financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores.

Com relação às captações contratadas: Debêntures, BNDES e BNB considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a Companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está detalhado na tabela abaixo:

	06/2025	12/2024
Debêntures	2.038.996	1.976.088
BNDES	358.448	386.743
BNB	493.505	586.525

Notas Explicativas

22. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	06/2025	12/2024
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.289.377	3.926.854
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	293.443	279.776
Impostos e Taxas ANATEL (i)	3.841.130	3.389.167
Imposto sobre Serviço - ISS	65.537	72.274
PIS / COFINS	50.806	51.294
Outros	38.461	134.343
Parcela circulante	(4.251.834)	(3.888.568)
Parcela não circulante	37.543	38.286

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP. Dos valores de 2020, a Companhia efetuou o pagamento referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Nos anos de 2021 a 2025, houve pagamento parcial referentes a CFRP e Condecine anualmente, com os pagamentos de TFF suspensos com base em liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 30 de junho de 2025 o valor total da obrigação referente a TFF é R\$ 3.815 milhões, sendo R\$ 2.911 milhões de principal e R\$ 904 milhões de juros moratórios (em 31 dezembro de 2024, o total era de R\$3.377 milhões, sendo R\$ 2.650 milhões de principal e R\$727 milhões de juros moratórios).

23. Receitas diferidas

	06/2025	12/2024
Receitas diferidas	822.673	839.867
Serviços a prestar pré-pago (i)	185.032	172.824
Receitas antecipadas	33.995	35.510
Receitas diferidas sobre venda de torres (ii)	545.492	572.540
Passivo contratual (iii)	58.154	58.993
Parcela circulante	(293.675)	(280.422)
Parcela não circulante	528.998	559.445

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 18).

Notas Explicativas

(iii) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

Os saldos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, apresentados abaixo:

	06/2025	12/2024
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.999.505	2.752.504
Ativo contratual (nota 6)	19.937	24.027
Passivo contratual	(58.154)	(58.993)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise. Além disso, o passivo contratual inclui valores relacionados às taxas de habilitação e disponibilização de contratos com clientes.

Resumo das principais variações no período:

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2025	(34.966)
Adições	(21.514)
Baixas	18.263
Saldo em 30 de junho de 2025	(38.217)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo.

	2025	2026	2027
Ativo (passivo) contratual	(16.256)	(20.068)	(1.893)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, previdenciária, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações em que as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

Notas Explicativas

	06/2025	12/2024
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.478.933	1.564.293
Cível (a)	400.271	561.199
Trabalhistas (b)	206.735	209.098
Tributária (c)	835.965	759.584
Regulatória (d)	35.962	34.412

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos, encontram-se resumidas a seguir:

	dez-24	Adições, líquidas de	Pagamentos	Atualização monetária	Jun-25
	1.564.293	91.513	(172.525)	(4.348)	1.478.933
Cível (a)	561.199	(2.645)	(71.005)	(87.278)	400.271
Trabalhistas (b)	209.098	36.583	(57.765)	18.819	206.735
Tributária (c)	759.584	57.061	(43.696)	63.016	835.965
Regulatória (d)	34.412	514	(59)	1.095	35.962

	dez-23	Adições, líquidas de	Pagamentos	Atualização monetária	Jun-24
	1.410.299	139.180	(161.065)	89.047	1.477.461
Cível (a)	498.180	43.983	(50.989)	36.089	527.263
Trabalhistas (b)	212.929	35.928	(51.920)	17.988	214.925
Tributária (c)	666.209	58.693	(57.755)	34.276	701.423
Regulatória (d)	32.981	576	(401)	694	33.850

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

- a. Processos cíveis
- a.1 *Ações movidas por consumidores*

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$ 141.329 (R\$ 148.429 em 31 de dezembro de 2024), referem-se principalmente a processos por suposta cobrança indevida, discussões contratuais, portabilidade, discussões relacionadas a não restituição de valores, e suposta ocorrência de fraudes.

Notas Explicativas

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações contratuais; (iv) questionamentos sobre publicidade; e (v) discussão de cobrança indevida. O montante provisionado equivale a R\$ 177.143 (R\$321.156 em 31 de dezembro de 2024).

A TIM é ré em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual são discutidos supostos vícios na qualidade da prestação de serviços para os usuários do plano Infinity. A TIM recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), mas teve seus recursos negados. Em seguida, apresentou Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), que também foi rejeitado. Após isso, a TIM protocolou uma Reclamação no STF, alegando que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estaria julgando um tema que seria de competência exclusiva do STF, especificamente, o Tema 1075 da repercussão geral. O Ministro Relator rejeitou a Reclamação, e a TIM apresentou Agravo Interno, que também foi negado inicialmente. No entanto, no julgamento concluído em 24 de abril de 2025, um dos ministros apresentou voto divergente, que acabou sendo seguido pela maioria do colegiado. Com isso, o STF deu provimento ao Agravo Interno da TIM, reconhecendo que a 11ª Vara Cível de Curitiba/PR é a competente para julgar o caso, e anulou as decisões anteriores do TJDFT. Diante dessa nova decisão judicial em abril/2025, a TIM reverteu a provisão contábil R\$ 169 milhões, sendo R\$ 50 milhões principal e R\$ 119 milhões de atualização monetária.

a.3 Ex-parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. O valor provisionado é de R\$ 37.293 (R\$ 51.519 em 31 de dezembro de 2024).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato em que os valores provisionados totalizam R\$ 21.789 (R\$ 21.019 em 31 de dezembro de 2024).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 1.787 (R\$1.574 em 31 de dezembro de 2024).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outros temas: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço; e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$ 20.930 (R\$ 17.502 em 31 de dezembro de 2024).

b. Processos trabalhistas e previdenciários

Notas Explicativas

b.1 Trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como horas extras, diferenças de remuneração variável e reflexos legais nas demais verbas do contrato, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas. Do total de 1.515 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2025 (1.545 em 31 de dezembro de 2024) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 176.761 atualizado monetariamente (R\$ 184.343 em 31 de dezembro de 2024).

b.2 Previdenciário

A Companhia é parte de 28 ações em 30 de junho de 2025 (24 em 31 de dezembro de 2024) referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, nas competências dos anos de 2005 a 2011, bem como demandas que discutem responsabilidade solidaria, no valor total atualizado de R\$ 29.974 (R\$ 24.755 em 31 de dezembro de 2024).

c. Processos tributários

	06/2025	12/2024
Tributos Federais	368.587	321.404
Tributos Estaduais	384.696	357.011
Tributos Municipais	11.729	10.216
Processos TIM S.A. (<i>Purchase price allocation</i>)	70.953	70.953
	<u>835.965</u>	<u>759.584</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão para a TIM S.A. suporta oitenta e quatro processos e está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão suporta sessenta processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 4.797 (R\$ 4.690 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visava a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas. No primeiro semestre de 2025, foi obtida decisão favorável à Companhia no valor de R\$ 22.184, enquanto o valor remanescente R\$ 25.945 foi quitado pela Companhia (R\$ 47.232 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Existe provisão de 3 processos referentes a FUST/FUNTEL e suas decorrentes obrigações acessórias. Destes, destacam-se dois casos em que a discussão segue principalmente sobre denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST. O valor relativo à multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, provisionado e atualizado é de R\$ 18.686 (R\$ 18.142 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para um processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST. Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 73.457 (R\$ 71.450 em 31 de dezembro de 2024).

- (iv) A empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 68.634 (R\$ 65.772 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 21.719 (R\$ 21.137 em 31 de dezembro de 2024).
- (vi) A empresa constituiu provisão para um processo com vistas à exigência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE - Melbourne), em razão de, supostamente, ter deixado de efetuar o pagamento da contribuição da remessa ao exterior para remuneração das operadoras referente ao tráfego sainte. Em 30 de junho de 2025 o valor provisionado e atualizado é de R\$ 78.460, com mudança de prognóstico de perda de possível para provável no segundo trimestre de 2025.

Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A. suporta cento e cinquenta processos e está substancialmente composta pelas seguintes naturezas:

- (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 55.714 (R\$ 27.865 em 31 de dezembro de 2024);
- (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 103.487 (R\$ 100.133 em 31 de dezembro de 2024);
- (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 7.942 (R\$ 50.192 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão ao programa de anistia fiscal;
- (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 36.340 (R\$ 48.751 em 31 de dezembro de 2024); A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão ao programa de anistia fiscal.
- (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 69.398 (R\$ 10.461 em 31 de dezembro de 2024);
- (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 15.633 (R\$ 15.005 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) cobrança sobre valores de assinatura sem franquia, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 8.790 (R\$ 24.316 em 31 de dezembro de 2024). A redução dos valores em relação ao período anterior decorre, principalmente, da adesão ao programa de anistia fiscal.
- (viii) cobrança sobre valores de crédito especial, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 5.494 (R\$ 5.288 em 31 de dezembro de 2024).

Tributos Municipais

Notas Explicativas

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$ 70.953 (R\$70.953 em 31 de dezembro de 2024).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor da Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2025, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (“PADOs”), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 35.962 (R\$ 34.412 em 31 de dezembro de 2024).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativos constituída, conforme valores apresentados a seguir:

	06/2025	12/2024
	25.544.879	24.528.974
Cível (e.1)	1.633.517	1.598.166
Trabalhista e previdenciária (e.2)	463.496	378.286
Tributária (e.3)	23.102.661	22.239.407
Regulatória (e.4)	345.205	313.115

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

Notas Explicativas

e.1. Cíveis

	06/2025	12/2024
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	156.789	165.408
ANATEL (e.1.2)	392.887	364.264
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	490.815	537.630
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	296.694	298.216
Socioambiental e infraestrutura (e.1.5)	76.827	84.926
Outros (e.1.6)	219.505	147.722
	<u>1.633.517</u>	<u>1.598.166</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negatização indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, nas quais se discutem, dentre outras matérias: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G; (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço e (iv) modelos de ofertas de referência de produtos de atacado (ORPAs).

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) supostas discussões sobre Produto; (iii) supostas violações contratuais; (iv) questionamentos sobre publicidade e, (v) questionamentos da qualidade no atendimento.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato.

Notas Explicativas

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A Companhia é parte de ações referentes à divergência legal de incidência das contribuições previdenciárias debatidas no poder judiciário, nas competências dos anos de 2005 a 2011, bem como demandas que discutem responsabilidade solidaria, no valor total atualizado de R\$ 69.780 (R\$ 110.426 em 31 de dezembro de 2024).

e.2.2. Trabalhistas

Há 2.136 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2025 (2.018 em 31 de dezembro de 2024) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante atualizado de R\$ 393.716 (R\$ 267.860 em 31 de dezembro de 2024). Ressaltamos a existência de reclamações trabalhistas, movidas por ex-empregados do grupo econômico Docas (Gazeta Mercantil, JB do Brasil, etc). Esses autores ajuizaram ações requerendo a inclusão da Holdco (ex-acionista controladora da Intelig – atual TIM S.A.) ou da TIM Participações (incorporada pela TIM S.A) como rés solidárias, solicitando o pagamento da decisão judicial pela TIM, em razão de suposta formação de grupo econômico.

e.3. Tributárias

	06/2025	12/2024
	23.102.661	22.239.407
Tributos Federais (e.3.1)	5.057.645	5.084.626
Tributos Estaduais (e.3.2)	11.775.576	11.106.211
Tributos Municipais (e.3.3)	1.963.726	1.876.629
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	4.305.714	4.171.941

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 15.637.097 (R\$ 15.041.050 em 31 de dezembro de 2024).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra a Companhia relativamente a tributos federais é de R\$ 5.057.645 em 30 de junho de 2025 (R\$ 5.084.626 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão. Atualmente, o valor classificado como risco possível é de R\$ 1.757.162 (R\$ 1.836.078 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

- (ii) No terceiro e quarto trimestre de 2024, houve ingresso de processo relacionado ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo, convertendo-se em eventual valor devido visto as compensações realizadas. O valor envolvido com risco possível é de R\$ 1.695.947 (R\$ 1.599.761 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais, bases negativas e outros créditos federais. O valor envolvido é de R\$ 280.850 (R\$ 259.073 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 83.630 (R\$ 81.398 em 31 de dezembro de 2024).
- (v) Cobrança de tributos sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 222.103 (R\$ 289.098 em 31 de dezembro de 2024).
- (vi) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 341.182 (R\$ 331.962 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) Glosa de créditos de PIS/COFINS sobre insumos - despesas e custos que segundo avaliação da Companhia foram intrinsecamente relacionados a atividade operacional da mesma. O valor envolvido é de R\$ 328.766 (R\$ 310.737 em 31 de dezembro de 2024).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos federais relativas, mas não se limitando, às cobranças indevidamente vinculadas ao Grupo Jornal do Brasil, divergência de interpretação das regras contidas na Lei nº 9.718/98, outras compensações referentes à reapuração do pré-pago, desdobramentos do ágio e apuração de estimativas, tributação sobre operações de roaming internacional e de cessão onerosa de meios de rede, diferença de alíquota de IRRF, além de outros temas de menor representatividade.

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos estaduais em 30 de junho de 2025 é de R\$ 11.775.576 (R\$ 11.106.211 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata. O valor envolvido é de R\$ 1.474.766 (R\$ 1.422.103 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 511.777 (R\$ 490.283 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Estorno de crédito, glosa de creditamentos extemporâneos e lançamentos relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido é de R\$ 825.860 (R\$ 830.234 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Cobrança sobre estorno de débitos do ICMS, decorrente da identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, bem como sobre os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), operações isentas e não

Notas Explicativas

tributadas e sobre outros créditos de natureza não tributável e cobranças e glosa de créditos de ICMS relacionados com operações sujeitas ao regime de substituição tributária. Em 30 de junho de 2025, o montante envolvido é de R\$ 4.654.095 (R\$ 4.511.091 em 31 de dezembro de 2024).

- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 80.824 (R\$ 77.999 em 31 de dezembro de 2024).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 1.201.686 (R\$1.122.373 em 31 de dezembro de 2024).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados e do momento da tributação relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 1.341.222 (R\$ 1.041.955 em 31 de dezembro de 2024).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 223.305 (R\$ 165.459 em 31 de dezembro de 2024).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 256.018 (R\$ 241.433 em 31 de dezembro de 2024).

Os valores não destacados se referem a diversas discussões sobre tributos estaduais relativas, mas não se limitando, ao coeficiente de creditamento aplicado nas aquisições de ativo permanente, aos créditos decorrentes de itens financeiros e de natureza não telecom indevidamente tributados no campo "Outras OCCs" (*Other Credits and Charges*), às outras operações isentas e não tributadas interestaduais, ao diferencial de alíquota – DIFAL, ao regime especial previsto no Convênio 128/10 e 17/13, às regras de emissão de notas fiscais disciplinadas no Convênio 55/05, além de outros temas de menor representatividade.

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra a TIM S.A. relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.963.726 em 30 de junho de 2025 (R\$ 1.876.629 em 31 de dezembro de 2024). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 1.630.535 (R\$1.558.393 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 102.519 (R\$ 98.781 em 31 de dezembro de 2024).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 180.761 (R\$ 170.074 em 31 de dezembro de 2024).

e.3.4. Tributos regulatórios

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST, FUNTTEL, TFI, FISTEL e EBC com classificação de risco possível é de R\$ 4.305.714 (R\$ 4.171.941 em 31 de dezembro de 2024). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

Notas Explicativas

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP, SCM e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2025, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 345.205 (R\$ 313.115 em 31 de dezembro de 2024).

Em 18 de junho de 2020, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde 2014 com o regulador.

Em 19 de junho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do Termo ocorreu em 25 de junho do mesmo ano. O acordo abrangia sanções que totalizavam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões (atualizados à época), arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhorias relativas aos macrotemas “Qualidade”, “Ampliação do Acesso”, “Direitos e Garantias dos Usuários” e “Fiscalização”.

O Termo previa ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos Índices de Reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso, dentre outros. Além disso, contemplava o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 350 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura foi implementada em menos de três anos – sendo que mais de 99% dos municípios foram atendidos nos primeiros dois anos e estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais operadoras. O atendimento de todos os 350 municípios teve o cumprimento atestado pela Anatel em junho de 2023.

Em junho de 2024, encerrou-se a vigência do TAC TIM, no entanto, em virtude do evento climático adverso que acometeu o Estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024, para 19 municípios situados naquele Estado foi estendido o prazo de atendimento, neste particular, até 30 de setembro de 2024, cujo novo Termo Aditivo ao TAC foi formalizado entre as partes, tendo a Companhia adotado todas as medidas voltadas ao cumprimento neste último prazo pactuado com a Agência.

A Companhia vem apresentando seu entendimento à Anatel nos casos em que a Agência aponta indícios de descumprimento nos Procedimentos de Apuração de Descumprimento de Item de Cronograma (PADIC) eventualmente instaurados.

Já a respeito da prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a Companhia torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012 e anos posteriores, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado entre outras. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Notas Explicativas

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024). As ações não possuem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	06/2025	12/2024
	408.768	373.020
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	31.167	19.416
Outras reservas de capital	23.997	-

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 16.d).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, excluindo o saldo destinado a reserva de incentivos fiscais, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

Conforme estatuto, o saldo de reserva de expansão não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

Notas Explicativas

c.3 Reserva de incentivo fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 30 de junho de 2025, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 2.702.955 (R\$2.702.955 em 31 de dezembro de 2024).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 27 de março de 2025, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2024
Lucro líquido do exercício	3.153.881
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(340.716)
(-) Constituição da reserva legal	(140.659)
Lucro líquido ajustado	2.672.506
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	668.127
Composição dos dividendos a pagar e JSCP:	
Juros sobre capital próprio (i)	1.450.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.450.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(213.574)
Total de dividendos e JSCP líquidos	1.236.426
Dividendos adicionais (i)	2.050.000
Total de dividendos (incluindo dividendos adicionais) e JSCP líquidos	3.286.426

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Notas Explicativas

(i) Durante o ano de 2024, foram distribuídos os montantes de R\$1.450.000 de juros sobre capital próprio e propostos valores adicionais de R\$2.050.000 de dividendos, os quais foram aprovados em Assembleia Geral em 27 de março de 2025, totalizando R\$ 3.500.000.

Durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, foram distribuídos os montantes de R\$ 990.000 de juros sobre capital próprio.

Os valores destinados até 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estão apresentados abaixo:

Aprovação	Pagamento	Provento
19/03/2024	22/04/2024	200.000
14/06/2024	23/07/2024	300.000
17/09/2024	23/10/2024	300.000
17/12/2024	23/01/2025	650.000
10/02/2025 (i)	22/04/2025 23/07/2025 e 23/10/2025	2.050.000
Total 2024		3.500.000
10/02/2025	22/04/2025	200.000
24/03/2025	Até 30/06/2026	490.000
05/05/2025	23/07/2025	300.000
Total 2025		990.000

(i) Os dividendos base 2024 foram aprovados em Assembleia Geral em 27 de março de 2025.

Até 30 de junho de 2025, a Companhia desembolsou, por meio de dividendos e/ou JSCP, o montante de R\$ 1.099.998 (R\$ 860.454 no mesmo período de 2024) aos acionistas controladores e R\$ 526.371 (R\$ 410.993 no mesmo período de 2024) aos acionistas não controladores. O total de dividendos pagos por ação, expresso em reais, em 30 de junho de 2025 é de R\$ 0,67 (R\$ 0,53 no mesmo período de 2024).

O saldo em 30 de junho de 2025 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$ 2.181.244 (R\$671.525 em 31 de dezembro 2024) é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$ 142.184 (R\$117.613 em 31 de dezembro 2024) além do montante de R\$ 1.367.000 de dividendos adicionais, referente ao exercício de 2024, aprovados em 2025 e R\$ 790.000 (R\$ 672.060 líquidos) de JSCP referentes a 2025.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Notas Explicativas

Plano 2021-2023 e Plano 2024-2026

Em 30 de março de 2021 e 28 de março de 2024, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo: “Plano 2021-2023” e “Plano 2024-2026” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2021-2023 e 2024-2026 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*). Estes propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

Para os Planos 2021-2023 e 2024-2026 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Estes Planos, além de considerar a transferência de ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período de *vesting* (carência).

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do período (dez/24)	Ações (principal) outorgadas durante o período	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro durante o período				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período (jun/25)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2025	1.368.704	mai/28	R\$ 17,22	-	1.368.704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.368.704
Plano 2024-2026 Outorga(s) 2024	1.226.859	jul/27	R\$ 18,34	1.142.341	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.142.341
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.097.732	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.097.732
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	426.595	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	426.595
Total	5.384.268			2.666.668	1.368.704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.035.372
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 15,86												

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas (principal)	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo de ações (principal) no início do período (dez/23)	Ações (principal) outorgadas durante o período	Ações transferidas durante o período				Pagas em Dinheiro				Ações canceladas (principal) durante o período	Saldo de ações (principal) no final do período (jun/24)
						Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações transferidas	Volume Vested (principal)	Variação Performance	Adicional Dividendos	Subtotal ações pagas em dinheiro		
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2023	1.560.993	jul/26	R\$ 12,60	1.560.993	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.407)	1.489.586
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2022	1.227.712	abr/25	R\$ 13,23	771.302	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.078)	759.224
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	821.942	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.686)	813.256
Total	6.220.315			3.154.237	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(92.171)	3.062.066
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			R\$ 12,85												

Notas Explicativas

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2021 a 31 de março de 2021.
- **Plano 2021-2023 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2022 a 31 de março de 2022.
- **Plano 2021-2023 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2023 a 31 de março de 2023.
- **Plano 2024-2026 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2024 a 31 de março de 2024.
- **Plano 2024-2026 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 1º de março de 2025 a 31 de março de 2025.

Em 30 de junho de 2025, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 11.751 (R\$ 14.113 em 30 de junho de 2024). No primeiro semestre de 2025, a Companhia não efetuou pagamentos aos participantes em dinheiro referente ao Plano de Incentivo de Longo Prazo.

Encerramento de programa de recompra de ações e aprovação de um novo programa

Em 12 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de até 67.210.173 ações ordinárias da Companhia, correspondentes a aproximadamente 2,78% do total de ações ordinárias da Companhia. As ações ordinárias adquiridas no âmbito do programa de recompra serão mantidas em tesouraria e posteriormente canceladas, sem redução do capital social. Além disso, aproximadamente cinco milhões de ações adquiridas no âmbito do programa de recompra serão destinadas à remuneração baseada em ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo.

27. Receita líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo e número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Notas Explicativas

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no período findo em 30 de junho de 2025 é de R\$ 50.594 (R\$ 61.621 no mesmo período de 2024).

Em março de 2025, o acordo firmado entre TIM S.A. e Banco C6 teve a aprovação da Autoridade Monetária das Ilhas Cayman (CIMA), se confirmando o encerramento da parceria, assim como as disputas relacionadas e procedimentos arbitrais que estavam em curso. Valores em aberto serão recebidos pela TIM conforme prazos estabelecidos.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 / CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 10) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

Notas Explicativas

	06/2025	06/2024
Receita Operacional Líquida	12.993.574	12.398.069
Receita operacional bruta	19.392.739	17.817.307
Receita de serviços	18.700.446	17.016.147
Receita de serviços – Móvel	17.683.909	16.028.472
Receita de serviços – Fixa	1.016.537	987.675
Venda de mercadorias	692.293	801.160
Deduções da receita bruta	(6.399.165)	(5.419.238)
Impostos incidentes	(2.025.197)	(1.977.260)
Descontos concedidos	(4.369.306)	(3.433.135)
Devoluções e outros	(4.662)	(8.843)

28. Custos e despesas operacionais

	06/2025				06/2024			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(6.171.123)	(2.979.199)	(866.393)	(10.016.715)	(5.868.106)	(2.961.776)	(889.004)	(9.718.886)
Pessoal	(30.595)	(484.252)	(221.604)	(736.451)	(22.753)	(450.021)	(257.655)	(730.429)
Serviços de terceiros	(320.009)	(1.034.808)	(397.403)	(1.752.220)	(337.381)	(1.074.559)	(384.664)	(1.796.604)
Interconexão e meios de conexão	(1.886.247)	-	-	(1.886.247)	(1.551.156)	-	-	(1.551.156)
Depreciação e amortização	(3.107.393)	(207.161)	(207.348)	(3.521.902)	(3.116.090)	(191.685)	(202.497)	(3.510.272)
Impostos, taxas e contribuições	(76.446)	(442.054)	(15.111)	(533.611)	(64.480)	(471.486)	(16.523)	(552.489)
Aluguéis e seguros	(282.827)	(86.341)	(15.233)	(384.401)	(258.894)	(89.005)	(14.599)	(362.498)
Custo das mercadorias vendidas	(464.282)	-	-	(464.282)	(515.308)	-	-	(515.308)
Publicidade e propaganda	-	(330.094)	-	(330.094)	-	(322.468)	-	(322.468)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(373.450)	-	(373.450)	-	(338.102)	-	(338.102)
Outros	(3.324)	(21.039)	(9.694)	(34.057)	(2.044)	(24.450)	(13.066)	(39.560)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia, no montante de R\$ 16.724 (R\$ 10.878 no mesmo período de 2024). Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

Notas Explicativas

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	06/2025	06/2024
Receitas		
Multas s/ serviços de telecomunicações	57.867	48.860
Receita na alienação de ativos	4.149	1.652
Outras receitas (i)	44.608	35.120
	106.624	85.632
Despesas		
FUST/FUNTTTEL (ii)	(80.164)	(80.411)
Impostos, taxas e contribuições	(12.457)	(12.534)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(81.219)	(122.533)
Despesa na alienação de ativos	(5.725)	(2.555)
Outras despesas	(10.895)	(14.050)
	(190.460)	(232.083)
Outras receitas (despesas), líquidas	(83.836)	(146.451)

- (i) Representa, principalmente, a receita diferida nas torres alienadas (conforme nota 18), sendo R\$ 27.048 em 30 de junho de 2025 (R\$ 27.048 no mesmo período de 2024).
- (ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

	06/2025	06/2024
Receitas financeiras	771.727	409.391
Juros sobre aplicações financeiras	341.815	185.795
Juros de clientes	19.011	20.701
Juros swap (ii)	148.758	131.090
Juros sobre arrendamento	14.258	14.072
Atualização monetária (i)	169.477	37.302
Outros derivativos	-	19.587
Outras receitas	78.408	844

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre créditos tributários e depósitos judiciais.

(ii) Representa os ganhos obtidos com instrumentos de swap obtidos de forma a proteger a Companhia de variações de taxas de juros incidentes sobre dívidas.

Notas Explicativas

31. Despesas financeiras

	06/2025	06/2024
Despesas financeiras	(1.659.666)	(1.415.230)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(148.326)	(135.767)
Juros sobre impostos e taxas	(192.955)	(130.283)
Juros swap	(154.243)	(211.145)
Juros sobre passivo de arrendamento, líquidos de cancelamentos	(774.400)	(710.029)
Atualização monetária (i)	(117.994)	(95.730)
Descontos concedidos	(23.427)	(20.752)
Outros derivativos (ii)	(165.780)	-
Outras despesas	(82.541)	(111.524)

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 116.755 (R\$ 89.047 no mesmo período de 2024); e

(ii) Em função do acordo firmado entre TIM e Banco C6 e aprovado pela CIMA no 1º trimestre de 2025, houve o ajuste dos ativos financeiros detidos pela TIM nos termos contratuais.

32. Variação cambial, líquida

	06/2025	06/2024
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (i)	7.370	-
Fornecedores	48.182	5.913
Swap (ii)	3.601	99.838
Contas a Receber	25.466	42.283
Ativo Financeiro	3.259	13.910
	87.878	161.944
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (i)	(3.596)	(50.528)
Fornecedores	(42.028)	(30.009)
Swap (ii)	(7.370)	(49.310)
Contas a Receber	(79.184)	(319)
Ativo Financeiro	(40.944)	(883)
	(173.122)	(131.049)
Variações cambiais, líquidas	(85.244)	30.895

(i) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(ii) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 36).

Notas Explicativas

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período, excluindo as ações em tesouraria.

	06/2025	06/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.773.008	1.300.643
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.128	2.420.240
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,73	0,54

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, excluindo as ações em tesouraria, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras.

	06/2025	06/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.773.008	1.300.643
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.530	2.420.579
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,73	0,54

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 403 milhares (339 milhares em 30 de junho de 2024) relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

Operação de grupamento e desdobramento

Em 24 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o grupamento e o posterior desdobramento de suas ações ordinárias, na proporção de 100:1, seguido de 1:100, sem afetar o capital social, o número de ações ou os ADRs da Companhia.

A proposta aprovada em 27 de março de 2024, em Assembleia Geral Ordinária, considera que a Operação, quando realizada: (i) será aplicada a todos os acionistas da Companhia, (ii) não resultará em alteração no valor do capital social da Companhia ou no número total de ações, (iii) não modificará os direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia aos seus titulares e (iv) não implicará alteração no número de ações que compõem cada ADR, permanecendo inalterado o número total de ADRs em circulação.

Em reunião da Diretoria Estatutária da Companhia realizada em 02 de junho de 2025, foram aprovados os procedimentos para a implementação da Operação e definido o prazo compreendido entre os dias 03 de junho

Notas Explicativas

de 2025 (inclusive) e 02 de julho de 2025 (inclusive), totalizando 30 (trinta) dias, para que os acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia possam, se for o caso, compor suas posições acionárias em lotes inteiros e múltiplos de 100 (cem) ações, a seu livre e exclusivo critério, de modo a assegurar a titularidade de um número inteiro de ações em decorrência da Operação. Para detalhes da operação vide nota de eventos subsequentes, vide nota 40.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia e empresa controladora e coligadas são os seguintes:

	Ativo	
	06/2025	12/2024
Telecom Italia Sparkle (i)	6.446	10.188
Gruppo Havas (vi)	-	12.831
TI Sparkle (iii)	45	28
TIM Brasil (vii)	23.218	23.260
Telecom Italia S.p.A. (ii)	3.282	24.962
I-Systems (ix)	46.966	45.907
Outros	96	97
Total	80.053	117.273

	Passivo	
	06/2025	12/2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	109.240	154.729
Telecom Italia Sparkle (i)	5.235	11.599
TI Sparkle (iii)	1.284	11.290
TIM Brasil (iv)	10.866	10.858
Grupo Vivendi (v)	-	1.152
Gruppo Havas (vi)	-	104.757
I-Systems (viii)	57.097	58.613
TIM Brasil (x)	1.358.122	367.943
Outros	6.823	3.865
Total	1.548.667	724.806

Notas Explicativas

	Receita	
	06/2025	06/2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	15.158	92
Telecom Italia Sparkle (i)	4.255	3.124
TI Sparkle (iii)	163	168
I Systems	994	737
Total	20.570	4.121

	Custo/Despesa	
	06/2025	06/2024
Telecom Italia S.p.A. (ii)	83.129	69.268
Telecom Italia Sparkle (i)	2.598	3.941
TI Sparkle (iii)	6.441	8.982
Grupo Vivendi (v)	1.851	3.141
Gruppo Havas (vi)	274.836	289.997
I-Systems (viii)	223.079	210.260
Outros	17.066	11.295
Total	609.000	596.884

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM S.A. o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da Companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se, principalmente, a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS. Em maio de 2025 o Grupo Vivendi deixou de ser parte relacionada.

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 255.949 (R\$ 263.547 em 30 de junho de 2024), estão relacionados aos repasses de mídia. Em maio de 2025 o Gruppo Havas deixou de ser parte relacionada.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de capacidade de infraestrutura de fibra.

(ix) Refere-se principalmente a despesa antecipada que representam os custos de instalação de rede neutra diferidos pelo tempo de contrato.

(x) Os valores referem-se ao saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar para a controladora.

Notas Explicativas

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 30 de junho de 2025, a Companhia investiu R\$ 7.747 (R\$ 5.146 em 30 de junho de 2024).

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços equivalentes aos praticados no mercado. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	06/2025	06/2024
Benefícios de curto prazo	13.569	13.311
Remuneração baseada em ações	7.089	4.930
	<u>20.658</u>	<u>18.241</u>

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a “*hedge accounting*”.

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap* e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos

Notas Explicativas

sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado da Companhia.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré-fixada e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamentos junto ao BNDES (FINAME) e BNB, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de *swap* atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 ou receitas de serviços prestados durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 30 de junho de 2024. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(v) Risco de Liquidez

O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez. Vide notas 18 e 21.

Notas Explicativas

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

	06/2025		12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	434.155	220.270	379.888	224.275
Outros derivativos (i)	-	-	522.822	-
	434.155	220.270	902.710	224.275
Parcela circulante	(434.155)	(220.270)	(379.888)	(224.275)
Parcela não circulante	-	-	522.822	-

(i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representavam a opção da Companhia de subscrever 4,62% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou prêmios de subscrição de ações no valor total de R\$26,3 milhões. Conforme requerimentos do IFRS 9 / CPC 48, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que corresponde a R\$ 523 milhões.

Em março de 2025, após a obtenção da aprovação da CIMA, foi aprovado o Acordo firmado em 11 de fevereiro de 2025 entre a Companhia e o Banco C6, que teve por objetivo encerrar a parceria entre as partes e extinguir todas as disputas em curso, incluindo quatro procedimentos arbitrais. O Acordo contempla a alienação integral da participação incluindo todas as ações (nota 12) e bônus de subscrição em circulação (nota 36) detidos pela TIM. Com a formalização do Acordo, a participação societária e os bônus de subscrição tiveram sua baixa contábil integralmente realizada, com o registro de valores a receber (vide nota 6).

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 21 e 18.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

	06/2025		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.833.522	609.472	3.442.994
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.833.522	609.472	3.442.994
Instrumentos financeiros derivativos	-	434.155	434.155
Títulos e valores mobiliários	2.500.541	-	2.500.541
Outros ativos financeiros	332.981	175.317	508.298
Total do passivo	-	220.270	220.270
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	220.270	220.270
Instrumentos financeiros derivativos	-	220.270	220.270

	12/2024		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.662.076	1.240.985	3.903.061
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.662.076	1.240.985	3.903.061
Instrumentos financeiros derivativos	-	379.888	379.888
Outros derivativos	-	522.822	522.822
Títulos e valores mobiliários	2.449.682	-	2.449.682
Outros ativos financeiros	212.394	338.275	550.669
Total do passivo	-	224.275	224.275
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	224.275	224.275
Instrumentos financeiros derivativos	-	224.275	224.275

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo,

Notas Explicativas

derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de empresas similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados a taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 30 de junho de 2025, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Baseado na evolução obrigatória de mercado, efetuamos a transição do índice de nossa dívida junto ao KFW/Finnvera, passando de *Libor* para SOFR.

Da mesma forma, para mantermos a proteção, efetuamos a migração da operação de swap junto ao Bank of America, até então, baseada em *Libor*, passando a partir de janeiro de 2024 também para SOFR. Transição sem nenhum efeito em caixa e com o mesmo custo em percentual do CDI original.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro a seguir:

Notas Explicativas

30 de junho de 2025

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	SOFR X DI	KFW/ Finnvera	Bank of America	14.552	14.552	100%	SOFR + 1,17826% a.a.	92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	492.326	493.505	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	2.036.614	2.038.996	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	357.381	358.448	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%) e, alguns contratos de dívida atrelados ao IPCA foram remensurados devido à deflação. Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2024

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	SOFR X DI	KFW/ Finnvera	Bank of America	33.031	33.031	100%	SOFR + 1,17826% a.a.	92,59% do CDI
BRL	IPCA x DI	BNB	XP e ITAU	585.129	586.525	100%	IPCA + 1,22% a 1,49% a.a.	55,19% a 69,50% do CDI
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.972.245	1.976.088	100%	IPCA + 4,0432% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	385.592	386.743	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), SOFR e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da SOFR e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Notas Explicativas

Cenário sensibilidade (i)		Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (ii)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulada Swap	C) Resultado final (B-A)
jun/25		2.679.582	-	2.679.582	(2.465.302)	214.280	-	-
CDI	provável	2.679.582	-	2.679.582	(2.465.302)	214.280	-	-
	possível	2.679.582	-	2.679.582	(2.460.397)	219.185	4.904	4.904
	remoto	2.679.582	-	2.679.582	(2.455.991)	223.591	9.310	9.310
USD	provável	2.679.582	-	2.679.582	(2.465.302)	214.280	-	-
	possível	2.683.220	3.639	2.683.220	(2.465.302)	217.918	3.639	-
	remoto	2.686.859	7.277	2.686.859	(2.465.302)	221.557	7.277	-
SOFR	provável	2.679.582	-	2.679.582	(2.465.302)	214.280	-	-
	possível	2.679.668	86	2.679.668	(2.465.302)	214.366	86	-
	remoto	2.679.754	173	2.679.754	(2.465.302)	214.452	173	-
IPCA	provável	2.679.582	-	2.679.582	(2.465.302)	214.280	-	-
	possível	2.586.384	(93.197)	2.586.384	(2.465.302)	121.082	(93.197)	-
	remoto	2.498.757	(180.825)	2.498.757	(2.465.302)	33.455	(180.825)	-

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

(ii) KFW Finnvera, BNB, Debenture e BNDES.

Variável de risco	Cenário sensibilidade (i)	CDI	USD	SOFR	IPCA
CDI	Provável	14,90%	5,4571	4,38%	5,35%
	Possível	18,63%	5,4571	4,38%	5,35%
	Remoto	22,35%	5,4571	4,38%	5,35%
USD	Provável	14,90%	5,4571	4,38%	5,35%
	Possível	14,90%	6,8214	4,38%	5,35%
	Remoto	14,90%	8,1857	4,38%	5,35%
SOFR	Provável	14,90%	5,4571	4,38%	5,35%
	Possível	14,90%	5,4571	5,47%	5,35%
	Remoto	14,90%	5,4571	6,56%	5,35%
IPCA	Provável	14,90%	5,4571	4,38%	5,35%
	Possível	14,90%	5,4571	4,38%	6,69%
	Remoto	14,90%	5,4571	4,38%	8,03%

(i) Cenários sensibilizados com os seguintes incrementos nas taxas: cenário provável sem incremento; cenário possível 25% de incremento; e cenário remoto 50% de incremento.

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos

Notas Explicativas

valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2025 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	06/2025	06/2024
Resultado líquido em operações de derivativos	(9.254)	(29.527)
Resultado de operações com outros derivativos	(165.780)	19.587

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento (ii)	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2024	3.035.501	12.575.846	(678.434)
Ingressos	-	1.618.353	-
Cancelamentos/Encerrados (i)	-	(81.153)	522.822
Encargos financeiros	151.504	786.721	5.485
Variações cambiais, líquidas	(3.774)	-	3.769
Recebimentos/(Pagamentos) principal	(223.272)	(796.905)	3.602
Pagamentos de juros	(53.703)	(785.708)	(71.129)
30 de junho de 2025	2.906.256	13.317.154	(213.885)

(i) Quanto aos instrumentos derivativos, refere-se ao impacto do Acordo com o C6 onde os derivativos foram integralmente baixados no período, vide nota 12.

Notas Explicativas

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento (ii)	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2023	3.770.946	12.256.775	(567.698)
Ingressos	386.925	1.355.893	(20.370)
Cancelamentos	-	(328.231)	-
Encargos financeiros	138.960	733.270	80.056
Variações cambiais, líquidas	50.528	-	(50.528)
Pagamentos principal	(1.170.677)	(825.874)	(38.739)
Pagamentos de juros	(80.537)	(712.272)	(97.783)
30 de junho de 2024	3.096.145	12.479.561	(695.062)

(ii) Os pagamentos de passivo de arrendamento, incluem pagamentos de multas no montante de R\$ 31 milhões (R\$ 59 milhões no mesmo período de 2024).

37. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	06/2025	12/2024
Planos FUNCESP, Planos de Saúde (Plano de Saúde FIBER), PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	3.461	3.461

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos e de contribuição definida para grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração do ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO e da Fundação Sistel de Seguridade Social. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de previdência complementar, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Notas Explicativas

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo. Atualmente, o plano encontra-se em processo de Retirada de Patrocínio junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9.656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

38. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de junho de 2025, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), riscos ambientais, saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$ 480.037
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 90.000
Riscos Ambientais	R\$ 10.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Garantia Única de Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

39. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	06/2025	06/2024
<u>Transações que não envolvem caixa</u>		
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(1.592.313)	(1.270.613)
Aumento dos passivos de arrendamento - sem efeito no caixa	1.618.353	1.355.893
Dividendos/JSCP aprovados e ainda não pagos	2.157.000	1.173.000
Valores a receber - Acordo C6	468.000	-

Notas Explicativas

40. Eventos subsequentes

Dividendos e JCP

No dia 22 de julho de 2025, o Conselho de Administração da TIM S.A. aprovou a distribuição de R\$ 320 milhões a título de Juros Sobre Capital Próprio. O pagamento ocorrerá até 21 de outubro de 2025, sendo que a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, será em 25 de julho de 2025.

Operação de Grupamento e Desdobramento

No início de julho a Companhia realizou o procedimento de grupamento e desdobramento de ações, após prazo de 30 dias descrito na nota 33. Em 14 de julho de 2025, a Companhia realizou o leilão para alienação das 22.059.698 ações ordinárias relacionadas as frações resultantes da operação de grupamento e desdobramento, formadas a partir da aglutinação das frações de ações.

O resultado do leilão, no valor total de R\$ 455.691 já líquido de custos e taxas, equivalente a R\$ 20,66 por ação ordinária foi disponibilizado aos titulares das frações de ações, nas devidas proporções, até o dia 23 de julho de 2025.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas da
Tim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Tim S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e financeiras e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Leonardo Amaral Donato
Contador CRC RJ-090794/O

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), relativas ao período findo em 30 de junho de 2025 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 30 de julho de 2025.

WALMIR URBANO KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO
Membro do Conselho Fiscal

HELOISA BELOTTI BEDICKS
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2025.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores), Andrea Palma Viegas Marques (Diretora Financeira), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (People, Culture & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer) e Fabiane Reschke (Diretora Jurídica), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2025.

ALBERTO MARIO GRISELLI
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

ANDREA PALMA VIEGAS MARQUES
Diretora Financeira

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

FABIANE RESCHKE
Diretora Jurídica

MARIA ANTONIETTA RUSSO
People, Culture & Organization Officer